

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Erica Ribeiro de Sousa Simonetti

**DIAGNÓSTICO DO ARRANJO PRODUTIVO
LOCAL DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA**

Taubaté – SP
2013

Erica Ribeiro de Sousa Simonetti

**DIAGNÓSTICO DO ARRANJO PRODUTIVO
LOCAL DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO
MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci.

**Taubaté – SP
2013**

Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

S598d Simonetti, Erica Ribeiro de Sousa
Diagnóstico do arranjo produtivo local das indústrias têxteis do município de Imperatriz-MA / Erica Ribeiro de Sousa Simonetti. - 2013. 108f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2013.
Orientação: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração.

1. Gestão. 2. Desenvolvimento regional. 3. Arranjo produtivo local. 4. Indústrias têxteis. I. Título.

ERICA RIBEIRO DE SOUSA SIMONETTI

**DIAGNÓSTICO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS
DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ-MA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: _____ / _____ / _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira Universidade de Taubaté
Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Monica Franchi Carniello Universidade de Taubaté
Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Friedhilde Maria Kustner Manolescu Universidade do Vale do Paraíba
Assinatura _____

Às minhas fontes de inspiração, Evelyn e
Ian Lucas, meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A meu Deus, pela dádiva da vida, e por ter proporcionado a oportunidade para a realização deste sonho.

Ao Professor Doutor Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, por toda disciplina, paciência, clareza e objetividade em seus ensinamentos, por organizar os meus pensamentos desconexos, pela imposição dos desafios, por possibilitar-me a confiança e a certeza de que sou capaz.

Ao Professor Doutor José Luís Gomes da Silva, por sua dedicação e companheirismo.

À Professora Doutora Marilsa de Sá Rodrigues Tadeucci, por toda atenção e colaboração.

A todos os professores do Programa, que com maestria possibilitaram a ampliação do meu conhecimento.

Aos colegas de mestrado da turma XV-A, por estarem juntos nesta realização.

A todos que de alguma maneira tornaram possível esta conquista.

RESUMO

Este estudo apresenta o diagnóstico do Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis do município de Imperatriz (MA), descreve o processo de evolução do Arranjo Produtivo, identifica os apoios recebidos para o seu crescimento e analisa a situação atual. A pesquisa quanto à abordagem é qualitativa e quantitativa, e com relação ao nível é descritiva exploratória, com delineamento bibliográfico, documental e de campo. Especificamente, busca-se tecer as características do Arranjo Produtivo, verificando as principais modificações ocorridas desde a sua criação e apresentando-o como importante instrumental analítico de ação política de desenvolvimento local. Para referenciar teoricamente os objetivos propostos, a literatura aborda o conceito de região, as principais diferenças entre crescimento e desenvolvimento, desenvolvimento regional, tipologia de aglomerações, e vantagens da concentração geográfica. O estudo foi realizado em duas etapas; primeiramente ocorreu uma investigação documental em que se analisaram documentos da Fundação do Desenvolvimento Comunitário (FUNDECO), quando foi possível perceber as origens do projeto que culminou no Arranjo Produtivo Local; posteriormente aconteceram as entrevistas aplicadas aos empresários e à entidade representante do Arranjo Produtivo Local. A amostra contou com a participação de 37 gestores das indústrias têxteis que responderam a um questionário, analisado com técnica quantitativa pelo z Excel. Os resultados da pesquisa apontam a inexistência de alianças ou parcerias entre as empresas do setor de indústrias têxteis no município de Imperatriz (MA). Conclui-se que o arranjo produtivo é de baixo conteúdo tecnológico e não promove a interação interfirmas, embora promova empregos diretos e indiretos. Esse diagnóstico foi de grande valia, pois servirá de base para as futuras pesquisas, talvez para a promoção de políticas de crescimento e desenvolvimento da Região.

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento Regional. Arranjo Produtivo Local. Indústrias têxteis.

ABSTRACT

This study presents the diagnosis of Local Productive Arrangement of the textile industries of the city of Imperatriz (MA), describes the evolution process of Productive Arrangement identifies the support received for their growth and analyzes the current situation regarding the research approach is qualitative and quantitative , and the level is descriptive exploratory design with bibliographic, documental and field. Specifically we seek to weave the characteristics of Productive Arrangement, checking the main changes that have occurred since its inception and presenting it as an important analytical tool for political action and local development. To cite theoretically the proposed objectives, the literature discusses the concept of region, the main differences between growth and development, regional development, typology of settlements, and advantages of geographical concentration. The study was conducted in three stages: first there was a desk research where analyzed documents FUNDECO (Community Development Foundation), where it was possible to understand the origins of the project that culminated in Local Productive Arrangement; happened later interviews applied to business and entity representative of Local Productive Arrangement. The sample with the participation of 37 managers of textile industries who responded to a questionnaire, analyzed with quantitative and qualitative techniques, and Excel software. The results of the research show that there is no alliances or partnerships between companies in the textile industries in the city of Imperatriz-MA. We conclude that the productive arrangement is low technological content and does not promote inter-firm interaction, despite promotes direct and indirect jobs, this diagnosis was of great value, since as the basis for future research, perhaps to promote policies for growth and development of the region.

Keywords: Management. Regional Development. Local Productive Arrangement. Textile industries.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 – Quociente locacional.....	38
Equação 5 – Escolha amostral.....	53

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – APLs por Setores Produtivos nas Macrorregiões do Brasil –.....	64
Figura 2 - Etapas da pesquisa.....	49
Figura 3 - Localização do município de Imperatriz	58
Figura 4 - Setor central do município de Imperatriz.....	59
Figura 5 - Centro Comunitário Movimento Produzir para Libertar	68
Figura 6 - Núcleo produtivo	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tecnologia dos APLs nas Macrorregiões do Brasil	65
Gráfico 2 – Classificação segundo o porte da empresa	73
Gráfico 3 - Tempo de atuação das empresas	74
Gráfico 4 - Número de funcionários no primeiro ano de criação	75
Gráfico 5 – Empresas que possuem atividades cooperativas	77
Gráfico 6 – Empresas que apoiam algumas atividades sociais.....	79
Gráfico 7 - Programa de capacitação dos funcionários.....	80
Gráfico 8 – Origem da matéria prima utilizada	81
Gráfico 9 - Destinação dos resíduos	82
Gráfico 10 – Nível de atualização tecnológica.....	83
Gráfico 11 - Capacidade produtiva do setor.....	84
Gráfico 12 - Principais produtos produzidos.....	85
Gráfico 13 - Comercialização áreas dos produtos.....	85
Gráfico 14 – Mecanismo formação do preço.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos APLs	33
Quadro 2 – Classificação dos APLs de acordo com sua importância para o Desenvolvimento	35
Quadro 4 – Ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE	44
Quadro 5 - Quantidade de clientes meios de pagamento oferecidos aos clientes ...	85
Quadro 6: Classificação e principais características do APL.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de arranjos produtivos por intensidade tecnológica no Brasil.....	62
Tabela 2 - Número de APLs por intensidade tecnológica no Brasil.....	64
Tabela 3 - Índices de concentração do Setor Têxtil	65
Tabela 4 – Ocupação de Imperatriz por Atividade Econômica (1940 a 2000)	60
Tabela 5 - Valor adicionado por setor de atividade e PIB Municipal de Imperatriz-MA	61
Tabela 6 - Movimentação agregada de Imperatriz- MA	61
Tabela 7 - Perfil do Município, admissões, desligamentos e número de estabelecimentos	612
Tabela 8 - Relação do número de empresas <i>versus</i> número de funcionários	74
Tabela 9 – Instituições de apoio aos APLs no Município de Imperatriz – MA	91

LISTAS DE ABREVIATURAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FUNDECO	Fundação Para o Desenvolvimento Comunitário
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GTA	Grupo de Trabalho Permanente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ME	Microempresa
MDIC	ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos do Trabalho	15
1.1.1	Objetivo Geral	15
1.1.2	Objetivos Específicos	15
1.2	Delimitação do Trabalho	16
1.3	Relevância do Trabalho	16
1.4	Organização do Trabalho	18
2	REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1	Conceitos de Espaço e Região	20
2.1.2	Polarização Econômica das Regiões	22
2.2	O Desenvolvimento Regional	24
2.2.1	Enfoque Teórico dos Arranjos Produtivos	26
2.3	Conceitos de Arranjos Produtivos Locais	28
2.3.1	Características dos Arranjos Produtivos Locais	30
2.4	Tipos Representativos de Arranjos Produtivos Locais	33
2.4.1	Os Índices de Concentração para Identificação dos APLs	36
2.4.2	Quociente Locacional (QL)	36
2.5	Vantagens e Fatores Determinantes para Existência de uma Concentração Geográfica das Empresas em uma Região	39
2.5.1	Políticas Nacionais dos Arranjos Produtivos	41
3	MÉTODO DE PESQUISA	47
3.1	Fluxograma das Etapas da Pesquisa	47
3.2	Proposta de Investigação	49
3.3	Caracterização da Pesquisa	49
3.4	População e Amostra	51
3.4.1	Instrumentos da Pesquisa	52
3.5	Coleta de Dados	53
3.5.1	Documentos	53
3.5.2	Questionário	53
3.5.3	Entrevistas	54
3.6	Tratamento dos Dados	54
3.6.1	Tratamento dos Dados da Entrevista	54
3.6.2	Tratamento dos Dados dos Questionários	54
4	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE	

IMPERATRIZ: UM DIAGNÓSTICO	56
4.1 Caracterização de Imperatriz – MA	56
4.1.1 A Industrialização em Imperatriz – MA	59
4.2 A Geografia dos Arranjos Produtivos	62
4.2.1 Indústrias Têxteis no Município de Imperatriz (MA)	65
4.2.2 O Sindicato das Indústrias Têxteis de Imperatriz - MA (SINDICORTE)	69
4.3 Análises e discussão dos Dados	70
4.3.1 Porte das Empresas e Enquadramento Tributário	70
4.3.2 Tempo de Atuação da Empresa no Mercado	72
4.3.3 Número de Funcionários e Regime de Trabalho	72
4.3.4 Relação Empresa com Atividades Cooperativas com outras Empresas	74
4.3.5 Práticas Sociais	76
4.3.6 Políticas de Capacitação dos Funcionários	77
4.3.7 Origem da Matéria Prima Utilizada	78
4.3.8 Certificação Ambiental e Destinação dos Resíduos	79
4.3.9 Tecnologia utilizada e Capacidade Produtiva	80
4.3.10 Principais Artigos Produzidos e sua Comercialização	82
4.3.11 Mecanismo na Formação de Preços	83
4.3.12 Meios de Pagamentos Oferecidos e Quantidade de Clientes	84
4.2.13 Relação Empresa , Instituições de Ensino e Atores Locais	85
4.3.14 Políticas de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	87
4.3.15 Mecanismos de Governança	89
4.3.16 Proximidade Geográfica e as Vantagens do Arranjo Produtivo.	91
4.3.17 Relação entre as Expectativas com criação do Arranjo Produtivo e os Resultados obtidos	92
4.3.18 Classificação do Arranjo Produtivo Local das Indústrias Têxteis de Imperatriz- MA	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda conceitos relacionados ao desenvolvimento regional por meio da promoção dos Arranjos Produtivos Locais; a importância do desenvolvimento endógeno, que considera as forças internas de cada região; e a participação da sociedade nessa promoção.

O desenvolvimento regional, partindo do aproveitamento das potencialidades de cada região, tem efeitos de encadeamento, gerando externalidades positivas e influenciando outras regiões.

Esta pesquisa foi realizada no Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão, onde estão concentradas várias empresas de pequeno porte atuando no setor industrial têxtil. Procurou-se caracterizar essas empresas, que configuram um Arranjo Produtivo Local de acordo com o IPEA; o tipo de Arranjo; bem como os incentivos recebidos para seu crescimento. Para isso foi necessário apresentar a configuração histórica do seu surgimento e verificar a participação de ações em conjunto.

1.1 Objetivos do Trabalho

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever e analisar o Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis do Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral foram definidos alguns objetivos específicos, conforme apresentação a seguir:

- descrever o processo de evolução do Arranjo Produtivo das indústrias têxteis do Município de Imperatriz (MA); e
- identificar os apoios recebidos para o crescimento do Arranjo Produtivo.

1.2 Delimitação do Trabalho

O Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2006, utilizando-se de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), apresentou um relatório consolidado, intitulado Identificação, Mapeamento e Caracterização Estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil, cujo objetivo era levantar a existência de aglomerações produtivas industriais no País.

A partir disso Imperatriz foi considerada, de acordo com o relatório do IPEA, cidade polo nos Arranjos Produtivos de couro e calçados, madeiras e móveis e tecidos e confecções.

O presente estudo limita-se a apresentar um estudo sobre Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis do Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

1.3 Relevância do Trabalho

O estudo sobre os Arranjos Produtivos Locais é necessário por sua importância na promoção de um ambiente de inovação e aprendizado, por proporcionar um aumento na competitividade das empresas e a geração de emprego e renda. Por sua magnitude é considerado uma excelente estratégia no desenvolvimento regional.

O novo modelo de desenvolvimento regional tem como principal característica a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais, responsáveis pelo desenvolvimento da economia regional.

Esse modelo caracteriza-se por ser realizado de baixo para cima, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local. O desenvolvimento centrado nesse modelo tem como foco o desenvolvimento pleno das potencialidades e habilidades humanas da sociedade local.

Amaral Filho (1999, p.2) cita que

(...) um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional

A contribuição da teoria endogenista foi identificar quais fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram provenientes de dentro da região e não de forma exógena.

Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada desses fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

O desenvolvimento endógeno não implica ausência de elementos externos, pois o processo de desenvolvimento pressupõe um diálogo constante entre elementos internos e externos.

Sengemberger e Pike (1999) observam que esse tipo de desenvolvimento busca promover um compromisso das iniciativas empresariais com o desenvolvimento local, criando uma identidade regional econômica, política e cultural. Além disso, as instituições sediadas no município podem servir para integrar os atores-chave, as firmas, associações de negócios, sindicatos, e bancos, além de todos os grupos que participam dos esforços de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento endógeno é aquele em que os elementos locais são a referência; aquele que parte das características e recursos locais, do potencial endógeno, para promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os externos, tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e econômicas locais. É compreendido como desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos locais e largamente fundado sobre os recursos locais, não se referindo a autarquias, isolamento total, ou regiões totalmente autônomas.

Além disso, o desenvolvimento endógeno deve considerar as estruturas institucionais, culturais e econômicas existentes em cada região. Não deve haver uma imitação de modelos de outras regiões, já que cada região tem sua potencialidade econômica e identidade cultural, que devem ser respeitadas.

Como exemplo de região que soube aproveitar as potencialidades internas cita-se o APL do município de Cianorte, no Estado do Paraná, que segundo o IPARDES (2006) conta com cerca de 250 empresas; dez centros atacadistas, além de aproximadamente 500 pontos de venda. Possui uma linha de produção bastante diversificada, e é um exemplo de como a cooperação e a associação podem ser benéficas para produtores de determinados aglomerados.

Já o Município de Imperatriz no Maranhão tem, no setor de indústrias de transformação, 504 estabelecimentos. Dentre eles 58 compõem o subsetor da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos. O APL gera impacto positivo no que tange à oferta de emprego e ao aumento da renda.

As indústrias têxteis do Município de Imperatriz são responsáveis por ofertar 227 empregos, e por sua produção ser de fácil aprendizado independe, em sua maioria, de pré-requisito como escolaridade, o que é uma excelente oportunidade de inserção de pessoas no mercado de trabalho (FIEMA, 2011).

Este tema é de suma importância no tocante ao desenvolvimento regional. Diante do exposto, surge a situação problema que foi o norte da pesquisa: como o Arranjo Produtivo Local das Indústrias têxteis do Município de Imperatriz é classificado? Para tanto, se fez necessário um estudo aprofundado para identificar suas principais características, o surgimento, além de uma análise do seu desempenho atual.

1.4 Organização do Trabalho

O trabalho está organizado em seis seções descritas da seguinte forma:

A primeira apresenta o objetivo, a relevância da pesquisa, sua delimitação e organização.

A segunda seção traz a revisão de literatura, que aborda os conceitos de espaço e região, polarização, desenvolvimento regional, tipologia dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), índices de concentração para identificação dos APLs, vantagens e fatores determinantes para existência de uma concentração geográfica das empresas em uma região, a geografia dos APLs, bem como as políticas nacionais que lhe são direcionadas.

A terceira descreve os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização deste trabalho

A quarta seção descreve o Município de Imperatriz (MA), o processo histórico da industrialização, as indústrias têxteis, e apresenta o órgão representativo dessas indústrias, que é o Sindicato das Indústrias Têxteis de Imperatriz (MA).

Na quinta seção encontram-se a análise dos dados, apresentados em forma de gráficos, e a discussão dos resultados com base nos conceitos apresentados na

revisão de literatura.

Na sexta seção estão as considerações finais, que retomam os objetivos propostos na pesquisa, além de proporem estudos futuros sobre o tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para a fundamentação teórica deste estudo, estruturação conceitual que dá sustentação ao desenvolvimento da pesquisa, é indispensável abordar conceitos de espaço e região, de crescimento e desenvolvimento, de polo de crescimento e sua importância para a região, bem como de Arranjos Produtivos Locais, conceitos e características, o que forma um quadro teórico pertinente para subsidiar a pesquisa.

2.1 Conceitos de Espaço e Região

Têm-se diversas noções de espaço nos diferentes ramos do conhecimento, cada um com sua particularidade, com características próprias, definindo um conceito de acordo com sua ótica.

Para os matemáticos a noção de espaço é definida por suas dimensões, duas ou três, situadas por pontos, superfícies e volumes. Trata-se de uma definição muito abstrata. A essa definição contrapõe-se a dos geógrafos, mais concreta, que não considera apenas as linhas geodésicas, e sim os aspectos físicos, a forma de continentes, mares, e rios (ANDRADE, 1987).

Para Andrade (1987), há uma variedade de conceitos de espaço entre o do matemático e do geográfico: situa-se entre os dois extremos, entre o conceito abstrato do matemático e o conceito concreto do geógrafo: uma gama enorme de conceitos de espaço, ora mais próximo de um, ora mais próximo de outro, que se completam e podem fornecer melhor compreensão do problema espacial.

Há conceitos de espaço econômico que foram estabelecidos por Perroux (1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000). Sua observação teve início pela noção restrita de espaço euclidiano, na matemática, como uma relação entre continente (que contém) e conteúdo (que é contido), mas foi deixada de lado por uma noção mais extensa de espaço abstrato, constituído por um conjunto de relações que definem certo objeto: são os denominados espaços econômicos, que não se sobrepõem ao espaço geográfico (CLEMENTE, 2000).

Segundo o autor, os espaços econômicos são estabelecidos de acordo com as atividades humanas, têm origem nessa atividade, nas relações que se estabelecem quando os seres humanos atuam sobre o espaço geográfico em busca

de sobrevivência e conforto, e dão origem aos espaços econômicos. “Esses espaços são abstratos, constituídos por relações de natureza econômica, como produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração” (CLEMENTE, 2000, p.13).

Boudeville (1973) define o espaço econômico como o planejamento, o conteúdo de um plano que se refere ao conjunto de atividades, de previsão e de estudo que almeja sempre as tomadas de decisão, tanto no setor privado quanto no público. Um exemplo é o plano de desenvolvimento regional, por limitar uma área de abrangência de um determinado plano de ação. A característica fundamental da região do plano é ser objeto de políticas de desenvolvimento.

O autor estabeleceu três diferentes conceitos de espaço econômico:

- **espaço polarizado:** como um campo de forças; que compreende forças de atração (centrípetas) e de repulsão (centrífugas), e o surgimento é em razão da aglomeração da população e produção;
- **espaço homogêneo:** como conjunto homogêneo; quando esse espaço é invariante, uniforme, caracteriza-se pela similaridade de suas unidades elementos, tais como topografia; solo; relevo; clima ou tipo de atividade econômica dominante; e
- **espaço heterogêneo:** cujas diversas partes possuem um caráter complementar e mantém de maneira principal, com um polo dominante, volume maior de trocas do que com outro polo de mesma ordem dominando uma região vizinha.

Considerados o aproveitamento do espaço e as influências das condições naturais, desde épocas remotas o homem passou a dividir o espaço em várias porções, utilizando diversas nomenclaturas para sua definição; área, região, zona, e terra, entre outras. Esses termos são aceitos por se identificarem com as diferentes formas e aspectos que caracterizam as várias porções do espaço que diferenciam as paisagens (ANDRADE, 1987).

Com o passar do tempo, as regiões foram divididas não apenas pelo fator geográfico, mas também pela sua influência histórica e política: é a denominada divisão geopolítica.

Andrade (1987, p.13) descreve que

Esse mosaico de paisagens, as diversificações ditadas pelas condições naturais e pela atuação do homem, organizando espontaneamente o espaço, se superpuseram através dos tempos, devido às contingências históricas e políticas, as divisões administrativas, às fronteiras separando países, Estados, Províncias, Departamentos, Municípios.

As informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) servem de base para a implantação de políticas de desenvolvimento regional, já que as estatísticas socioeconômicas observam essa divisão geopolítica. Em 1968, o Instituto publicou seu estudo pioneiro intitulado 'Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas' e, em 1990, a 'Divisão do Brasil em Meso e Microrregiões':

Clemente e Higachi (2000, p.34) mencionam que

[..] entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional [..]

As mesorregiões são estabelecidas com base no conceito de organização espacial e em seguida são desmembradas em microrregiões que, por sua vez, apresentam especificidades basicamente relacionadas à produção. Englobam ainda distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais.

No Brasil utilizam-se conceitos de macrorregião - Sudeste, Nordeste, Norte, Sul e Centro-Oeste – mesorregião e microrregião, que é composta por certo número de municípios. Uma mesorregião se constitui por um conjunto de microrregiões, definidas segundo sua homogeneidade ou estrutura produtiva. Entre as mesorregiões e as macrorregiões têm-se as unidades da federação que são os estados brasileiros (SOUZA, 2005).

De acordo com Souza (2005), a primeira dificuldade referente ao conceito de região reside na delimitação precisa das fronteiras regionais, que não coincidem com as fronteiras administrativas adotadas pelo setor público. A segunda dificuldade implícita no conceito de região é a restrição da contiguidade, pois o território regional deve ser contíguo e não intercalado por outras regiões.

2.1.2 Polarização Econômica das Regiões

A teoria da polarização, elaborada por Perroux (1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000), deriva da observação que o crescimento não surge simultaneamente em toda parte, e sim se manifesta por meio de pontos ou polo de crescimento de intensidades variáveis sobre toda economia.

Surge em razão do aparecimento de uma indústria motriz, que realiza a separação dos fatores de produção, provoca a concentração de capitais sob o mesmo poder, e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização.

o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia (PERROUX, 1964, p.146 *apud* CABUGUEIRA, 2000, p.107).

Ainda segundo Perroux (1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000), o polo é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca. Uma vez que cria fluxo da região para o centro e refluxos do centro para a região, o desenvolvimento regional sempre estará ligado ao seu polo.

Há polarização técnica, quando a matriz de insumo produto é um instrumento indispensável para a análise da polarização técnica, para a constatação de polos de indústrias dentro de subconjuntos da matriz: complexos industriais fortemente conectados (ANDRADE, 1987).

Segundo Souza (2005, p 63),

a polarização técnica ocorre pela difusão intersetorial dos efeitos de encadeamento vertical e horizontal. Ela se verifica quando as empresas expandem sua produção e realizam investimentos. A importância desses efeitos dependerá da magnitude dos índices de encadeamento e do tamanho das empresas e do próprio polo. A retenção de tais efeitos na região dependerá da existência de atividades polarizadas, caso contrário eles vazarão para outras áreas, mediante as importações.

Souza (2005) disserta sobre a polarização pela renda que incide na geração de emprego e pela renda na economia local, a partir do funcionamento do polo e das atividades polarizadas. A diversificação industrial gera efeitos de encadeamento da produção, que propicia o desenvolvimento de indústrias produtoras de bens de consumo final e serviços.

A polarização geográfica pode ser analisada em termos de uma matriz de relações inter-regionais, e a polarização humana pode ser detectada com uma matriz dos movimentos alternantes domicílio/trabalho, migrações diárias urbanas ou interurbanas (ANDRADE, 1987).

Os diversos métodos de análise da polarização têm como objetivo determinar os pontos fortes de relações, os polos, e os pontos de estrangulamento que dificultam o contato entre os pontos, como a ausência de certas atividades e a falta de algumas estradas ou transportes coletivos.

Perroux (1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000) distingue o significado de crescimento e desenvolvimento. O polo de crescimento não se identifica com o desenvolvimento, que para existir exige uma combinação de mudanças sociais e mentais de uma sociedade que a torna apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável, seu produto real e global.

Ainda para Perroux (1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000) o polo é o centro dinâmico de uma região ou de um país e como seu crescimento se expande para a região de seu entorno, o desenvolvimento regional estará sempre ligado ao do seu polo. O autor destaca a relevância das instituições, tanto públicas quanto privadas, na condução do polo, pois o mercado é imperfeito e é necessário que atue para ajustar suas imperfeições. Trata-se do que denominou arbitragem, que é um poder que se articula em nome do interesse geral, do proveito coletivo, do bem comum.

As instituições pouco a pouco modificam conflitos em diálogo social, transformando o pensamento das pessoas para, no mínimo, uma aceitação e no máximo uma adesão participativa, possibilitando crescimentos cumulativos e duradouros (PERROUX, 1964 *apud* CABUGUEIRA, 2000).

2.2 O Desenvolvimento Regional

Muitas vezes há confusões conceituais com relação ao crescimento e ao desenvolvimento. O crescimento é o aumento da quantidade física da produção que atenda as necessidades da população, e é mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) (GREMAUD, 2002). O desenvolvimento engloba o crescimento econômico, mas a magnitude é ampla, e leva em consideração a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que uma determinada região é desenvolvida, o que se

quer destacar é que as condições de vida da população dessa região são boas (GREMAUD, 2002).

O crescimento econômico refere-se, portanto, ao aumento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento refere-se à elevação do nível de vida da população. Assim, por crescimento pode-se entender o ato ou o efeito de crescer, enquanto que por desenvolvimento o ato de desenvolver.

Em outras palavras, o crescimento econômico pode ocorrer pelo aumento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em termos globais como *per capita*, ao longo do tempo, enquanto o desenvolvimento econômico refere-se a um estágio econômico social e político de uma sociedade, caracterizando-se pela constante melhoria nos índices de produtividade dos fatores de produção, aproveitamento, busca da eficácia dos recursos naturais, capital e trabalho (PASSOS; NOGAMI, 2001, p 454).

Uma região pode crescer, pode aumentar a sua capacidade produtiva de bens e serviços de cunho meramente quantitativo e não ter um desenvolvimento, já que este requer mais do que aumento na quantidade física e mudanças de caráter qualitativo (PASSOS; NOGAMI, 2001).

De acordo com Passos e Nogami (2001), o grau de desenvolvimento de uma nação é retratado por alguns indicadores, que compreendem três grandes grupos.

- **1º Vitais:** são elementos imprescindíveis para a sobrevivência de uma nação:
 - esperança de vida ao nascer;
 - taxa de mortalidade infantil;
 - estrutura etária da população; e
 - taxa média anual de crescimento populacional.
- **2º Econômicos:** referem-se aos mecanismos fundamentais para o crescimento econômico do País:
 - estruturais: relaciona-se ao conjunto de elementos que formam a base econômica da sociedade; e
 - disponibilidade de bens e serviços.
- **3º Sociais:** é toda a influência mútua entre os indivíduos de uma sociedade:
 - estrutura social;
 - mobilidade social;

- representação no sistema político;
- participação social; e
- sistema de concentração de propriedade.

O debate sobre o desenvolvimento econômico não é novo, tem raízes teóricas e empíricas que surgiram em sua maioria de crises do sistema capitalista. De acordo com Romão (2009), o desenvolvimento econômico preconizado por Adam Smith remeteu à naturalidade, baseada no contexto de inserção do mercado interno no início do aprimoramento da agricultura e do comércio. A rede ideologista de Adam Smith, por sua vez, culminou com a economia livre de mercado da época.

A questão da benevolência considerava a esfera econômica como uma ordem natural, moral, para o desenvolvimento econômico baseado em ações de indivíduos dispersos e heterogêneos, mas organizados (PRADO, 2006).

O desenvolvimento econômico na visão schumpeteriana, ao contrário dos clássicos, não considerava o acúmulo de recursos e o crescimento da população, entre outros fatores determinantes para o desenvolvimento econômico. É representado por mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis do fluxo circular, alterando sua estrutura e as condições do equilíbrio geral (SOUZA, 2005).

Embora não exista uma definição universalmente aceita por todos, é possível enquadrar os autores pertencentes a duas correntes econômicas distintas: a primeira é de economistas mais teóricos, que consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Outra corrente, de cunho empírico, entende que o crescimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento, mas não suficiente.

Como exemplos da primeira corrente têm-se Mead e Solow, de tradição neoclássica, e os de inspiração Keynesiana, como Harrod, Domar e Kaldor. Já na segunda corrente, economistas como Lewis, Hirschman, Mydal e Nurkse. Na corrente dos estruturalistas o desenvolvimento econômico implica mudanças de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e renda média da população (SOUZA, 2012).

2.2.1 Enfoque Teórico dos Arranjos Produtivos

Depois da Segunda Guerra Mundial ocorreu a redescoberta das pequenas e médias empresas, organizando o ambiente para que brotassem os Arranjos Produtivos italianos, vistos como uma alternativa para a grande depressão que abrangia os países industrializados (PIKE; SENGENBERGER, 1999).

O modelo de desenvolvimento preconizado na época baseava-se em uma hegemonia exercida por setores de ponta do capitalismo italiano, o que ocasionava os desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões. A partir da crise desse modelo de produção, denominado fordista, surgiu a possibilidade de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, que visava a flexibilidade econômica e social.

Até o final da década de 1970 a economia de Itália estava baseada na dicotomia Norte e Sul: no primeiro estavam localizadas as grandes empresas e se assistia a um desenvolvimento econômico e um nível de riqueza saudável, enquanto no Sul era o oposto: predominava a agricultura latifundiária e a estagnação econômica.

A partir do final da década de 1970 é que alguns economistas vão falar numa Terceira Itália, onde “uma densa e flexível rede de pequenas e médias empresas, fortemente interligadas” permitiram um crescimento econômico forte após 1950 (BOSCHMA, 1997, p. 7 *apud* FERREIRA 2009).

Nessa divisão de regiões, pelo seu respectivo desempenho econômico, o Noroeste, tradicionalmente rico e denominado Primeira Itália, passava por uma crise profunda; o Sul, de pouco progresso, denominava-se Segunda Itália; e as regiões do Centro e do Nordeste mostravam-se em crescimento em razão da aglomeração de pequenas firmas, e eram denominadas Terceira Itália (SCHIMTZ, 1997).

Garofoli (1993) assevera que a região da Terceira Itália passou de um modelo de desenvolvimento que utilizava a concentração produtiva em nível territorial para um processo de relativa difusão do desenvolvimento. A consolidação desse modelo está fortemente associada a identidades regionais e locais e passou a valorizar as vocações disponíveis na região: a sua cultura e formação profissional.

Já para Botelho (1998), as relações sociais foram os fatores determinantes para o desenvolvimento da região e de um novo modelo de produção, tanto entre as

firmas como entre os governos, entre a sociedade em geral. Assim, o desenvolvimento regional da Terceira Itália propiciou um salto em direção à produção de bens de maior valor agregado.

De acordo com Garofoli (1993), essa mudança ocorrida na economia da Itália foi consequência da crescente divisão produtiva e de uma ampla e eficaz estrutura de interdependência entre as empresas do sistema, seja em nível local, seja em nível nacional. Essa modalidade de produção, baseada nos distritos industriais, tornou-se predominante por causa dos seguintes fatores:

- adequação à mundialização, pois nesse contexto, o mercado fica mais aberto e imprevisível não sendo totalmente controlado;
- cooperação intensa e a troca de informações asseguram a introdução rápida de inovações tecnológicas no processo produtivo; e
- falta de necessidade de grande capital para participar do processo produtivo.

O crescimento econômico da Terceira Itália serviu de modelo para outros países, pois se constatou que é possível um crescimento econômico por meio das microempresas. Não obstante a terceira Itália, o Vale do Silício é versado internacionalmente. Há uma diferença entre os Arranjos Produtivos da Itália e do Vale do Silício.

Nos APLs do Vale do Silício o essencial é a grande densidade de mão de obra qualificada e de centros de pesquisa especializados em alta tecnologia e excelente qualidade. Há grande oferta de serviços e conhecimentos complementares e grande e diversificada demanda por produtos, serviços e soluções para problemas altamente sofisticados. Nos APLs italianos a cooperação, a liderança dos sindicatos e associações de produtores, a confiança e o senso de comunidade são fundamentais para a competitividade (BARBOSA, 2004).

2.3 Conceitos de Arranjos Produtivos Locais

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são definidos como aglomerações de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva. Essas empresas podem ser complementares, fornecer insumos e equipamentos, prestar consultoria e serviços, comercializar, entre outros, todas reunidas em um mesmo espaço geográfico: um município, um conjunto de municípios ou região.

Essas empresas possuem uma identidade cultural e um vínculo, mesmo que fraco, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (ALBAGLI; BRITO 2002).

Segundo Costa (2010, p. 128),

As aglomerações produtivas passam a ser entendidas como organizações heterogêneas que aprendem, inovam e evoluem, e nas quais os conhecimentos externos e os fluxos de informações assumem importância fundamental na “fertilização cruzada” dos agentes; nos *spillovers* de conhecimento, que potencializam a localidade um efeito sinérgico positivo; e no bojo do relacionamento e da interdependência entre empresas e destas com outras instituições locais responsáveis pela pesquisa, desenvolvimento e difusão de conhecimento tecnológico-

De acordo com o conceito, a premissa básica para se configurar um Arranjo Produtivo é a aglomeração, quando há um número significativo de empresas em torno de uma mesma atividade produtiva. Os APLs podem acontecer nas seguintes formas empíricas (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 37):

- **aglomerado setorial:** de tamanho relativamente grande com importante presença de médias ou pequenas empresas;
- **aglomerado de empresas ou subunidades:** com enfoque criativo de forma geral ou que exerce atividades de pesquisa e desenvolvimento;
- **aglomerado de empresas ou subunidades:** que necessitam de proximidade entre cliente-fornecedor para facilitar desenvolvimento conjunto, troca de conhecimentos ou readequação de condições de fornecimento;
- **aglomerado de empresas:** que se beneficiam da imagem mercadológica regional; e
- **aglomeração que se beneficia de cooperação institucionalizada:** com forte apoio de entidades governamentais, que oferece serviços complementares importantes ou capazes de induzir a reação do APL a ameaças ou oportunidades.

De acordo com Becantinni (2002 *apud* CROCO; DINIZ 2006). Os condicionantes básicos para o surgimento dos Arranjos Produtivos pode dividir tais condicionantes em dois grupos, e pelo lado da oferta em três condições:

- 1ª) existência de um complexo de valores, conhecimentos instituições e comportamento contrário ao do processo da grande empresa fordista, genericamente industrial e massificadora;
- 2ª) uma estrutura produtiva diversificada, formada ao mesmo tempo por fábricas, pequenas empresas, artesanato, trabalho domiciliar e autoprodução familiar; e
- 3ª) uma estrutura creditícia disposta a financiar iniciativas menores e promissoras. Não obstante, pelo lado da demanda há uma condição geral, que é uma população que possui necessidade de produtos diferenciados, que teria dificuldade de satisfazer a essas necessidades pelas grandes fábricas. Esses dois fatores conjugados facilitam a aglomeração de firmas menores.

Os APLs, por seu dinamismo, são considerados polos de crescimento quando realmente há uma interação entre os atores econômicos do processo, e são capazes de influenciar uma região, pois as empresas participantes tornam-se competitivas, aumentando sua produção, gerando emprego e renda. Logo, outros setores são beneficiados (ANDRADE, 1987).

2.3.1 Características dos Arranjos Produtivos Locais

Costa (2010) descreve que as empresas aglomeradas podem ser de aspecto vertical ou horizontal. Os APLs de conformação vertical apresentam uma estrutura mais complexa, formada pela interação e cooperação de agentes em diferentes elos da cadeia produtiva local. Já os de aspecto horizontal:

[...] ocorrem com empresas localizadas no mesmo elo da cadeia produtiva e podem ser ligações diretas ou mediadas por associações empresariais (COSTA, 2010, p. 206).

Os Arranjos Produtivos podem ser classificados de acordo com fatores pontuais, tais como (SEPLAN, 2012):

- **agrupamento de sobrevivência informal:** a atividade econômica é predominantemente informal, representada por grupos de pequenos produtores autônomos ou por grupos familiares;

- **agrupamento de vantagem comparativa:** agrupamento de micro, pequenas e médias empresas, muitas delas informais, que agregam reduzido valor aos fatores básicos da região;
- **agrupamento de modelo tradicional de crescimento:** formado por pequenas e médias empresas que normalmente convivem com algumas grandes empresas, mas com pouco relacionamento entre elas. Apesar de agregar algum valor aos produtos e ocuparem posições importantes no mercado são desprovidas de estratégias sustentáveis de crescimento;
- **agrupamento de alavancagem competitiva:** micro e pequenas empresas convivem com empresas de grande porte, atuando em diversas etapas da cadeia produtiva, algumas se destacam no mercado interno, mas têm dificuldade para inserir-se no mercado externo;
- **agrupamento baseado em empresa-âncora:** trata-se de um conjunto de pequenas e médias empresas que fornecem produtos/serviços para uma, ou mais, grandes empresas (âncora), geralmente nacionais. Há uma forte cooperação vertical entre os fornecedores e a empresa-âncora;
- **agrupamento dependente de logística exportadora:** formado por empresas de grande e médio porte, com competitividade produtiva de nível mundial, resultado de condições naturais propícias e de desenvolvimento tecnológico, mas com presença no mercado externo aquém do seu potencial;
- **agrupamento de base tecnológica:** formado normalmente por empresas de micro, pequeno e médio portes, provenientes de incubadoras estabelecidas em universidades, que convivem com unidades maiores e atuam em setores intensivos em tecnologia e carecem de consolidação nos mercados interno e externo; e
- **agrupamento de alta tecnologia:** normalmente com a presença de uma empresa-âncora que estrutura uma cadeia produtiva global, apoiada por micro, pequenas e médias empresas, para elaborar produtos de alta complexidade, atendendo os mercados interno e externo.

Castro (2009) disserta sobre algumas características que são consideradas quando se fala em APLs, tais como: território, especialização produtiva, aprendizagem e inovação, cooperação e atores locais:

- **território:** compreende um recorte do espaço geográfico, uma parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, e serras, entre outros, que seja passível a uma integração econômica e social no âmbito local;
- **especialização produtiva:** além da produção, leva em consideração o conhecimento que pessoas e empresas têm sobre a atividade econômica principal;
- **aprendizagem e inovação:** quando há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas, e interação com outras empresas por meio de cursos, e feiras, entre outros;
- **cooperação:** há cooperação produtiva, visando economia de escala, e cooperação inovativa, que diminui riscos, custo e tempo, dinamizando o potencial inovativo dos Arranjos Produtivos Locais; e
- **atores locais:** são instituições de promoção, financiamento e crédito, ensino e pesquisa, centros tecnológicos, associações empresariais, prestadores de serviços, organizações de Terceiro Setor, e os governos em todos os âmbitos, ainda com relação aos itens que caracterizam os Arranjos Produtivos Locais.

Lastres e Cassiolato (2003) classificam os APLs da seguinte forma, conforme o Quadro 1.

Dimensão territorial	Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais
<p>Constituem recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar, tais como: município ou áreas de um município; conjunto de municípios; microrregião; conjunto de microrregiões, entre outros. A proximidade ou concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.</p>	<p>Envolvem a participação e a interação não apenas de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação, como também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. Incluem-se, portanto universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas.</p>
Conhecimento tácito	Inovação e aprendizado interativos
<p>Verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos. Particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões.</p>	<p>O aprendizado interativo constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, e é essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individuais como coletivamente.</p>
Governança	Grau de enraizamento

<p>Refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquia nos sistemas e Arranjos Produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão menos formalizada.</p>	<p>Envolve as articulações e o envolvimento dos diferentes agentes dos APLs com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor local. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem: o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção: local nacional e estrangeiro.</p>
---	--

Quadro 1 – Classificação dos APLs

Fonte: Adaptado de Lastres e Cassiolato (2003 p 4-5)

Segundo Lastres e Cassiolato (2003), a formação de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais encontra-se geralmente associada à trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais, regionais e locais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas, tanto públicas como privadas, pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

2.4 Tipos Representativos de Arranjos Produtivos Locais

As aglomerações podem ser agrupadas em três modalidades (PIETROBELLI, 2003):

- **arranjo geográfico (casual) de empresas:** com ocasionais elos interfirmas, nenhuma ou escassa experiência de cooperação, e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas;
- **distritos industriais Marshallianos (italianos):** com transações interfirmas mais fluídas, práticas de cooperação muito mais robustas, instituições locais mais desenvolvidas e efetivas, economias de escala em âmbito do distrito, possibilitadas pela substancial especialização dos empreendimentos, pela profunda integração entre atividades econômicas e pelo tecido sociocultural local; e
- **redes de empreendimentos:** com alguma forma de liderança predominante. Podem configurar-se como: centro-radial; líderes-seguidores; ou plataforma-satélite, com o líder fornecendo os serviços estratégicos.

A partir dessa classificação é possível identificar os Arranjos Produtivos e entender suas relações, aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes.

Os APLs geralmente envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras e clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação.

Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Há na literatura diversos tipos de APLs, mas Enright (1996, p. 14 *apud* CUNHA, 2002) faz a distinção de acordo com a formação geográfica e o grau de envolvimento:

- **clusters ou aglomerados industriais:** formados pelo conjunto de indústrias interligadas pela relação comprador e fornecedor;
- **clusters ou aglomerados regionais:** formados pela aglomeração geográfica de firmas que se situam próximas umas das outras;
- **distritos industriais:** formados por firmas envolvidas em processos de produção interdependentes, pertencentes ao mesmo segmento industrial, envolvidas com a comunidade local e delimitadas pela distância da viagem diária dos seus trabalhadores; e
- **redes de negócios:** formadas por várias firmas que mantêm comunicação e interação, com certo nível de interdependência, não operando necessariamente numa mesma indústria, nem estão geograficamente concentradas num mesmo espaço.

Castro (2009) classifica os APLs em Incipientes, em Desenvolvimento, e Desenvolvidos:

- **arranjos incipientes:** é quando não há interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, ocasionando a falta de integração de interesses. A base produtiva é bem rudimentar, há uma carência no âmbito financeiro e também são Arranjos desarticulados, carentes de lideranças

legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada, e uma visão mais ampla para o empresariado. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/ programar novos processos produtivos;

- **arranjos em desenvolvimento:** a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com o foco sempre no regional e não no individual. Seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Novas atividades econômicas relacionadas com o Arranjo Produtivo começam a surgir e há uma demanda por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços; e
- **arranjos desenvolvidos:** há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando uma inovação e competitividade. Os arranjos classificados como de Terceiro Nível apresentam-se mais bem articulados, de importância para o desenvolvimento local pela capacidade de atrair novas empresas, fornecedores, prestadores de serviços, e banco, entre outros. Suas lideranças atuam, principalmente, em entidades de classe, com relacionamentos formais.

O Quadro 2 apresenta as aglomerações industriais que foram classificadas de acordo com sua importância para o desenvolvimento regional.

Núcleo de desenvolvimento setorial-regional	Vetores Avançados	Vetor de Desenvolvimento Local	Embrião de Arranjos Produtivos
Corresponde aos sistemas que se destacam duplamente: pela sua grande importância tanto para o desenvolvimento local ou regional como para o respectivo setor ou classe de indústria.	Possuem grande importância para o setor (na produção e no emprego), mas que, por estarem diluído num tecido econômico muito maior e mais diversificado, têm pouca relevância para o desenvolvimento econômico local.	São importantes para uma região, mas não têm participação expressiva no setor principal a que estão vinculados. Trata-se, em geral, de polos regionais em atividades cuja produção é geograficamente bastante dispersa.	Possui pouca importância para o seu setor e convive, na região, com outras atividades econômicas. Justamente por serem embrionários, são mais complexos de identificar estatisticamente.

Quadro 2 – Classificação dos APLs de acordo com sua importância para o Desenvolvimento Regional

Fonte: Adaptado de Castro (2009 p.87)

Os APLs, quando bem desenvolvidos, são catalisadores do desenvolvimento de suas regiões e costumam ter instituições que lideram, cooperativamente com os governos locais, ações de programa participativo e cooperação.

Marshall (1982 *apud* SOUZA, 2005) já havia formulado em sua teoria econômica as seguintes bases para os estudos referentes ao tema APLs:

- **organização:** gerenciamento das diferentes formas de administração dos problemas comuns;
- **inter-relação entre diversos organismos (sistemas):** interdependência entre os diversos setores do Arranjo;
- **subdivisão do trabalho:** a realização das diferentes partes do trabalho realizado no Arranjo, com vistas ao objetivo final;
- **integração:** reconhecimento da necessidade de um trabalho conjunto, com vistas a reduzir custos e melhorar o desempenho produtivo;
- **hereditariedade:** a transferência do conhecimento filosófico e tecnológico entre as diferentes gerações, proporcionando condições para o progresso contínuo;
- **educação:** a transferência de informações que propiciem condições aos diversos atores participantes do Arranjo no sentido de que tenham condições de fazer a avaliação e incorporação de novos conhecimentos;
- **relação entre as classes sociais e os processos industriais:** incorporação, pela Sociedade, dos diferentes processos industriais;
- **especialização e uniformidade de processos:** troca de experiências que levam a uma uniformidade de objetivos dentro do Arranjo;
- **influência do comércio exterior no local:** processo de inserção do Arranjo no mercado global; e
- **desenvolvimento tecnológico:** permite o desenvolvimento dos atores do Arranjo no sentido da obtenção do conhecimento sobre as novas tecnologias.

Cada APL tem suas características específicas, sua história de origem, o ambiente socioeconômico e a complexidade, diferenciando-se também pelo seu nível de desenvolvimento.

2.4.1 Os Índices de Concentração para Identificação dos APLs

Os índices de concentração presentes neste estudo foram desenvolvidos nos trabalhos de Crocco *et al.* (2003). Os vários critérios que permitem indicar, de forma apropriada, os principais Arranjos Produtivos, levando em conta três características principais:

- a especificidade de uma atividade ou setor dentro de uma região (município);
- o peso da atividade ou setor em relação à estrutura empresarial da economia (Estado); e
- a importância da atividade ou setor nos Estados como um todo, ou economia de referência.

São divididos em três quocientes locacionais (QL), Hirschman-Herfindahl modificado (HHm) e Participação Relativa (PR).

2.4.2 Quociente Locacional (QL)

O uso do QL é para determinar se uma cidade em particular possui especialização em um setor específico.

Segundo Crocco *et al.* (2003), o QL procura comparar duas estruturas setoriais-espaciais. Ele é a razão entre duas estruturas econômicas: no numerador tem-se a economia em estudo, e no denominador de uma economia de referência, conforme a Equação 1:

$$QL = \frac{E_j^i / E_j}{E_{BR}^i / E_{BR}}$$

onde: E_j^i = Emprego do setor i na região j ;

E_j = Emprego total na região j ;

E_{BR}^i = Emprego do setor i no Brasil;

E_{BR} = Emprego Industrial Total no Brasil.

Equação 1 – Quociente locacional

De acordo com Albuquerque (2004), a interpretação do valor do indicador QL baseia-se numa comparação entre especializações:

- **quando $QL = 1$:** a especialização do Município j em atividades do setor i é idêntica à especialização do conjunto do Brasil nas atividades desse setor;
- **quando $QL < 1$:** a especialização do Município j em atividades do setor i é inferior à especialização do conjunto do Brasil nas atividades desse setor; e
- **quando $QL > 1$:** a especialização do Município j em atividades do setor i é superior à especialização do conjunto do Brasil nas atividades desse setor.

Assim, quando o valor do QL for menor ou igual a 1 em um determinado município, este não é considerado especializado em uma determinada atividade econômica no Brasil. Mesmo que o município apresente um $QL > 1$ e apenas um estabelecimento é excluído, pois não representa um *cluster*.

A maioria dos estudos considera que existiria especialização na atividade ou setor i no município j , caso o seu QL fosse superior a um. Outros estudos mais rigorosos adotaram como critério o QL igual a dois ou três, tendo em vista que a escala econômica do local depende de sua especialização produtiva ou base exportadora.

O estudo de Crocco *et al* (2003a) alerta para o problema que pode surgir como subvalorizar a importância de determinados setores em regiões com estrutura, bem como problemas de sobrevalorização.

2.5 Vantagens e Fatores Determinantes para Existência de uma Concentração Geográfica das Empresas em uma Região

Marshall (1982 *apud* SOUZA, 2005) em sua análise econômica sobre o espaço, afirma que a atividade econômica desde tempos remotos tende a localizar-se em sítios e que há um desenvolvimento das civilizações com a produção e exportação para os mais distantes centros consumidores, o que denominou economia externa, para referenciar os benefícios que se originam da concentração da atividade econômica em alguns centros.

O autor destaca a diferença entre economia externa e economia interna, as economias de escalas. A primeira depende do desenvolvimento geral das indústrias, e da concentração de empresas correlatas em uma dada localização. O surgimento

acontece de forma incidental, independe das ações das empresas, e constitui vantagem gratuita, que atrai outras empresas a se instalarem na região, gerando assim um diferencial em relação a outras localidades.

Já as economias de escala transcorrem do aumento da quantidade produzida e da melhoria da eficiência produtiva, da melhor organização da produção no nível da empresa.

Souza (2005,p.7) afirma ainda que

a concentração geográfica de atividades ligadas tecnologicamente cria economias externas, que reduzem os custos dos transportes de insumos, amplia a oferta de mão de obra e os contatos com clientes e fornecedores

A proximidade física das empresas propicia o aparecimento de externalidades pecuniárias e tecnológicas, dentre as quais se enfatizam mercados de trabalhos especializados, a ligação entre os produtores, fornecedores e usuários; e *spillovers* tecnológicos e de conhecimento, designados tríade Marshalliana (CAMPOLINA; CROCCO, 2006, p 102). Uma das questões fundamentais do desenvolvimento regional é saber por que as empresas se localizam em determinadas regiões.

Brito (2002) também menciona a vantagem das aglomerações de empresas:

[...] a estruturação em aglomerados estimula processos interativos de aprendizado ao nível local que viabilizam o aumento da eficiência produtiva criando um ambiente propício à elevação da competitividade dos agentes. Além disso, é comum o argumento de que a intensificação das articulações e interações entre empresas nessas aglomerações costuma ter impactos importantes em termos de geração e da qualidade do emprego ao nível local, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos (BRITO, 2002, p. 1).

De acordo com Souza (2005, p. 30-31), segundo a teoria weberiana a empresa procura a localização em que tenha seus custos diminuídos, sejam eles salariais ou de transporte de matéria-prima e de produtos acabados. Segundo essa teoria há cinco situações possíveis:

- **custos salariais correntes:** a localização ótima é a que minimiza os custos salariais ou custos de transporte. Indústrias que perdem o processo produtivo tendem a localizar-se perto da fonte da matéria-prima relevante;
- **custos salariais variáveis e custos de transportes sem diferenças relevantes de um local para o outro:** a empresa escolhe o local de menor custo de salários;
- **variáveis custos salariais e custos de transporte, com economia de aglomeração;**

- **tendência de localização no mercado consumidor relevante;** e
- **localização livre:** as indústrias se instalam em qualquer lugar, por utilizarem matéria-prima e trabalhadores disponíveis em todas as partes ao menor custo e qualificação.

Os benefícios incidentais propiciados apenas pela proximidade física, uma vez que “caem no colo” das empresas, e por isso são consideradas passivas, somados às ações deliberadas, geram a eficiência coletiva, que é definida por Schmitz e Nadvi (1999 *apud* SUZIGAN 2003), como “vantagem competitiva derivada das economias externas e da ação conjunta”.

Amato Neto (2000, p. 53) usa o termo *cluster* para definição de aglomerado de empresas:

uma concentração setorial e geográfica de empresas [...] independentemente de seu nicho de atuação, do tipo de produto ou serviço que proporcionam-

Ainda segundo o autor, existem muitas características de um *cluster*, e a mais importante é o ganho de eficiência coletiva, entendida como vantagem competitiva da ação conjunta.

A distinção entre os ganhos planejados, os que são buscados intencionalmente pelas empresas (economias internas), e aqueles que não fazem parte do planejamento e aparecem incidentalmente (economias externas), expressos em ganhos de eficiência, é possível de se conseguir com o agrupamento de empresas. À soma desses ganhos dá-se o nome de eficiência coletiva (MACHADO, 2003).

Para Machado (2003), a aglomeração geográfica por si só não possibilita a eficiência coletiva. Para haver essa eficiência são necessários os seguintes prepostos:

- divisão do trabalho com especialização entre produtores;
- rapidez no fornecimento de produtos especializados;
- aparecimento de fornecedores de matérias-primas, componentes e máquinas;
- aparecimento de representantes para outros mercados, no país e fora dele;
- aparecimento de prestadores de serviços nas mais diferentes áreas, como contábil, financeira e tecnológica;

- formação de mercado de profissionais especializados; e
- ações específicas em conjunto.

De acordo com Santos; Diniz e Barbosa (2004) as vantagens competitivas locais são divididas em dois grupos:

- a) vantagens passivas, relacionadas com ganhos na redução dos custos de transportes, proximidade cliente-fornecedor, urbanização, infraestrutura, e disponibilidade de pessoal especializado;
- b) vantagens ativas ou dinâmicas, obtidas com o acúmulo e intercâmbio de conhecimento tácito, a criação de relações de confiança, a cooperação e a diminuição dos custos de transação.

As aglomerações produtivas informais não podem ser inseridas na classificação dos distritos marshallianos. A composição é geralmente PMES, com baixo nível tecnológico, a capacidade de gestão é precária, a mão de obra possui um baixo nível de qualificação, há ausência de um sistema contínuo de aprendizado. (CAMPOLINA; LEMOS, 2005, p 190).

2.5.1 Políticas Nacionais dos Arranjos Produtivos

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para que haja o alcance dos objetivos que são determinados pela sociedade. Esses objetivos têm em seu bojo o intuito de extinguir as dificuldades e barreiras impostas que interferem no crescimento econômico e na equidade social. O Estado exerce intenso ímpeto na direção dos indivíduos na coletividade e na administração do desenvolvimento econômico.

Para o desenvolvimento de uma região com altas taxas de desemprego, de acordo com Sousa (2005) três estratégias podem ser adotadas:

- a) incentivar a migração da mão de obra local para as regiões mais prósperas;
- b) atrair novas empresas para área; e
- c) estimular as exportações regionais.

O Estado tem um importante papel na promoção o desenvolvimento de uma região. Em relação aos Arranjos Produtivos observa-se o poder central com parcerias constituídas com a sociedade civil, formando elementos primordiais que consistem nas ações coletivas, tendo como coluna para um desenvolvimento competente a sua institucionalização (AMARAL FILHO, 1999).

A partir de 1990, o desenvolvimento de políticas de apoio direcionadas aos APLs tornou-se popular: ações do governo no que tange ao desenvolvimento. Observa-se esse fato pela análise de sugestões de organismos multilaterais, como OECD e o Banco Mundial. Destacam-se dentro das várias justificativas para esse fenômeno a revalorização do local e o fim do estado intervencionista Keynesiano, implicando em uma descentralização de responsabilidades do Estado (CROCO; DINIZ, 2006).

Conforme defendido pela UNCTAD¹ (1998), uma política de apoio aos APLs deve explorar o potencial de desenvolvimento existente na localidade em que se aglomeram: empreendedores especializados setorialmente; serviços de pesquisa tecnológica; instituições de formação de recursos humanos; entre outros, e fortalecer competitivamente a aglomeração existente.

As ações públicas vêm somar-se aos esforços dos representantes dos atores locais, dando-lhes incentivo e ampliando a cooperação no Arranjo Produtivo Local. O direcionamento das políticas públicas para os APLs no Brasil ocorreu a partir da percepção desses Arranjos como um instrumento analítico de promoção do desenvolvimento regional.

Afirma Croco (2006) que o Estado deve agir proativamente na solução dos problemas em que os agentes locais não possuam autonomia e instrumentos para sua resolução, direcionando, dessa forma, a localidade para uma trajetória mais promissora no longo prazo.

O governo brasileiro passou a dar atenção aos Arranjos Produtivos Locais a partir de 1992, por meio de ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) com adesão do Banco Mundial. Foi contratado um consórcio de 13 instituições, comandadas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para realizar um estudo sobre a competitividade da indústria brasileira.

¹ Publicação da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development- UNCTAD).

A partir de 1999, com incentivo da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e por mediação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi requerida em várias universidades uma série de estudos técnicos sob o título 'Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico' (ARRUDA, 2004, p. 34).

Em 2004 o Governo Federal passou a considerar o tema APL estabelecendo as seguintes medidas (GTA, 2006):

- incorporação do tema no âmbito do PPA 2004-2007 com o Programa 0419, de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas; e
- instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), pela Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/04, reeditada em 24/10/2005 e 31/10/2006. O Grupo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o GTP APL, é composto por 33 instituições governamentais e não governamentais de abrangência nacional, entre os quais 12 Ministérios, e conta com o apoio de uma Secretaria Técnica lotada no Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas da Secretaria do Desenvolvimento da Produção.

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais possui caráter interinstitucional e tem as seguintes finalidades (GTA, 2006):

- identificar os Arranjos Produtivos Locais existentes no País, inclusive aqueles territórios produtivos que apresentam potencialidade para se constituírem como futuros APLs, conforme sua importância no respectivo território;
- definir critérios de ação conjunta governamental para o apoio e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, respeitando as especificidades de atuação de cada Instituição e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações;
- propor modelo de gestão multissetorial para as ações do Governo Federal no apoio ao fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais;
- construir um sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere a alínea anterior; e
- elaborar um termo de referência que contenha os aspectos conceituais e metodológicos relevantes atinentes ao tema de trabalho (BRASIL, 2004).

Castro (2009) afirma que o apoio ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais deve ser estruturado em quatro etapas: identificação de aglomerações produtivas; diagnósticos das aglomerações identificadas; classificação / taxonomia a partir dos diagnósticos; e implementação da política de apoio ao desenvolvimento em casos selecionados.

A questão fundamental, no que se refere às políticas públicas dirigidas aos Arranjos Produtivos, recai no modo pelo qual a intensidade das estratégias de longo prazo pode ser introduzida nas empresas de pequeno e médio porte sem destruir o ambiente inovativo, a flexibilidade, e, por consequência, o dinamismo econômico (MDIC, 2012).

No âmbito do PPA (2007-2010) coexistem ações constantes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), envolvendo as áreas de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e Pesquisa de Mercado. O Quadro 4 apresenta uma descrição resumida desses casos.

EIEx	Promoção Comercial de MPES
<p>O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) é um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) selecionados. A medida que qualifica econômica e socialmente o setor produtivo nos APLs, o PEIEx atende aos anseios dos Núcleos Estaduais. Como resultados elevam-se o patamar gerencial e o tecnológico das empresas, possibilitando o incremento na participação no mercado interno e no externo. O SEBRAE Nacional e a APEX-Brasil têm acordo de cooperação.</p>	<p>A ação Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte prevê a celebração de convênios para a execução de atividades envolvendo capacitação de gerentes de negócio, promoção comercial e <i>marketing</i> para o mercado interno de empresas localizadas e organizadas em APLs. A identificação de oportunidades de mercado, a formulação de estratégia de comercialização e <i>marketing</i>, e a capacitação de gerentes de negócios orientam o desenvolvimento das potencialidades produtivas das empresas organizadas em APLs, contribuindo para a inserção da produção local no mercado interno.</p>
Pesquisa de Mercado	
<p>A ação Pesquisa de Mercado pretende desenvolver projetos que orientem as empresas quanto aos segmentos de mercado consumidor, aos canais de distribuição e aos fornecedores. O conjunto dessas informações instruirá o planejamento estratégico do APL, visando o aumento da competitividade. Novas linhas de produtos; negociação com fornecedores e com compradores de redes varejistas; e criação de centrais de negócios poderão ser implementados com a informação da pesquisa, de modo a conquistar novos mercados para os produtos do APL.</p>	

Quadro 4 – Ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE
Fonte: Adaptado de GTA (2006)

Foram instituídos os Núcleos Estaduais de Arranjos Produtivos Locais (NEs), compostos por instituições governamentais e privadas com trabalhos expressivos nos Arranjos Produtivos em cada Estado brasileiro, com o objetivo de ampliar a atuação integrada do Grupo de Trabalho por meio de seu coordenador, base de

contato entre o Grupo Federal e o Estadual/Distrital.

O GTP APL realizou oficinas de orientação à instalação de núcleos estaduais de Arranjos Produtivos articulados ao GTP APL em todas as regiões brasileiras. Atualmente estão atuando no País 27 núcleos estaduais, em todos os Estados da federação. O Núcleo Estadual (NE) tem o papel de fomentar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover articulações institucionais com vistas ao apoio demandado.

Costa (2010) destaca os pressupostos imprescindíveis para as ações públicas no que tange aos Arranjos Produtivos Locais:

- um APL não pode ser constituído no vácuo, em localidades que não possuam um mínimo de condições iniciais para seu desenvolvimento. Alguma virtuosidade prévia deverá estar presente para ser mobilizada;
- uma experiência bem-sucedida em determinado lugar nunca poderá ser fielmente reproduzida em outro contexto, como uma tentativa de replicar experiências exitosas, desenvolvidas em contextos específicos, podendo gerar distorções muitas vezes irreversíveis;
- o desenvolvimento de um APL somente pode ser entendido e alcançado pela agregação de um mosaico de fatores oriundos de diversas dimensões e capazes de construir e unificar uma matriz operacional, formada por vetores sociais, culturais, históricos, geográficos, políticos, microeconômicos, mesoeconômicos e macroeconômicos.
- um APL é parte integrante e como parte recebe, catalisa, e lança impulsões de sistemas regionais e nacionais de produção. Não se deve cometer o erro de entendê-los como meros receptáculos ou plataforma de localização destituída de contorno ou hinterlândia;
- deve-se entender a importância da intervenção estatal no desenvolvimento desses aglomerados, principalmente quando estiverem situados em uma região desarticulada. Nesse sentido, a presença do Estado é importante, seja na facilitação, promoção, indução ou mesmo na coordenação do desenvolvimento desses aglomerados; e
- o desenvolvimento dos APLs não pode ser entendido como uma panacéia do desenvolvimento econômico regional, posto que dificilmente poderia se consolidar como uma estratégia suficiente de desenvolvimento para a

periferia capitalista. Para que haja a gestação de um processo de desenvolvimento regional é uma questão *sine qua non* que a ação do Estado ultrapasse o mero apoio ao desenvolvimento desses aglomerados, promovendo ações que modifiquem a estrutura econômica, cultural, política e sociorregional.

Para Haddad (2004, p 32), há uma distinção entre três campos para a delimitação dos planos de desenvolvimento de um arranjo:

- **campo das decisões privadas:** que se refere às decisões individuais das empresas, podendo envolver a localização das atividades, a escolha de tecnologia, as relações capital-trabalho, e a adoção das técnicas de gestão, entre outros;
- **campo das decisões governamentais:** que se refere à oferta, pelos três níveis de governo, de decisões de serviços públicos tradicionais, como justiça, segurança, infraestrutura, saúde, educação, e ciência e tecnologia; entre outros; e
- **campo das decisões comunitárias:** que se refere a problemas comuns às empresas que integram os APLs, sem que cada uma tenha condições de resolvê-los. É nesse campo que se concentra um grande número de externalidades positivas.

Na próxima seção tem-se o método da pesquisa, fluxograma que apresenta, de forma simplificada, as etapas da pesquisa, a proposta, a caracterização da pesquisa, e a amostra e instrumentos utilizados.

3 MÉTODO DE PESQUISA

O método é o caminho a ser percorrido para que o objetivo da pesquisa seja alcançado. Parra e Almeida (2001, p. 95) dizem que o método “é o caminho a ser trilhado pelos pesquisadores na busca do conhecimento”: é o traçado das etapas fundamentais da pesquisa.

Para Ruiz (1996, p.16) o método é:

um conjunto de normas-padrão que devem ser satisfeitas caso se deseje que a pesquisa seja tida adequadamente conduzida e capaz de levar a conclusões merecedoras de adesão racional.

De acordo com Marconi e Lakatos (2008), a metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Neste estudo, o processo metodológico passa pela caracterização da pesquisa, definição da população-alvo do estudo, e coleta de dados pela aplicação de uma entrevista com roteiro definido em um questionário que delimita o estudo, concluindo com a explicação sobre o tratamento e a análise e interpretação de dados.

3.1 Fluxograma das Etapas da Pesquisa

O fluxograma apresentado na Figura 2 ilustra, de forma simplificada, as etapas da pesquisa.

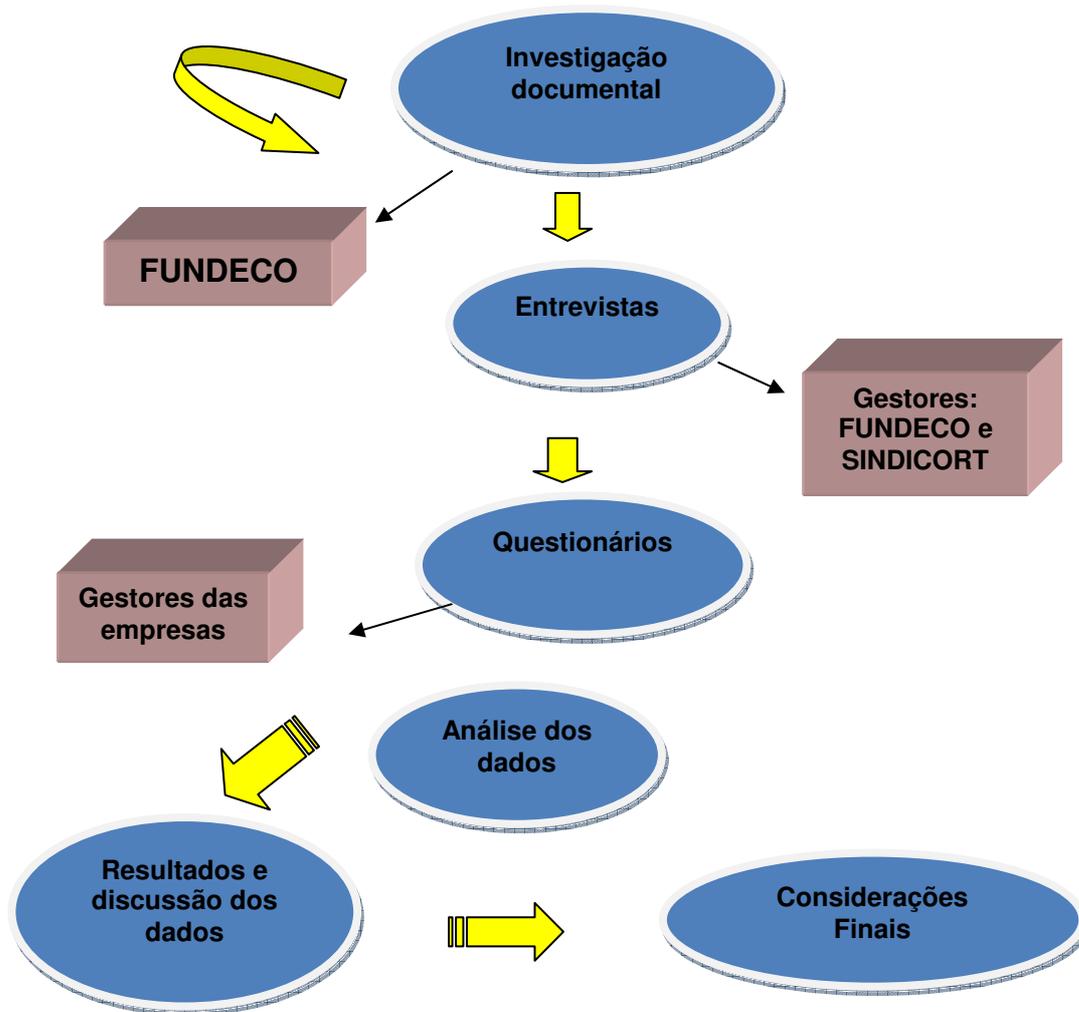


Figura 2 - Etapas da pesquisa

O fluxograma acima expõe de forma simplificada como ocorreu a pesquisa:

1º Houve uma investigação documental na Fundação do Desenvolvimento Comunitário (FUNDECO), onde a atual gestora do Projeto Movimento Produzir para Libertar (Auzéria Bonfim) disponibilizou os documentos de constituição da Fundação;

2º Após a análise de documentos da FUNDECO, a coordenadora do projeto Movimento Produzir para Libertar concedeu uma entrevista em que relatou os aspectos históricos da implantação do projeto que culminou no surgimento do APL das indústrias têxteis. Explicou como ocorreu a dinâmica do projeto e os fatores que foram fundamentais para a sua desativação (Apêndice C);

3º Houve uma entrevista com o presidente do sindicato das Indústrias Têxteis de Imperatriz (SINDICORT), em que se podem constatar as circunstâncias que originou a implantação do sindicato, e a sua visão sobre o Arranjo Produtivo (Apêndice B); e

4º Foi aplicado um questionário aos gestores das indústrias, com o intuito de caracterizá-las e perceber o tipo de relacionamento das empresas participantes do Arranjo Produtivo Local (Apêndice A).

3.2 Proposta de Investigação

A proposta de investigação está direcionada a um diagnóstico nas indústrias têxteis, para verificar se as empresas concentradas geograficamente utilizam a proximidade para obter vantagem competitiva. Foi feito um comparativo com as teorias apresentadas (características) e com a realidade vivenciada pelas empresas do Arranjo Produtivo Local, descrevendo o processo de evolução do Arranjo Produtivo das indústrias têxteis do Município de Imperatriz (MA); identificando os apoios recebidos para o crescimento do Arranjo Produtivo e analisando a sua situação atual.

A análise da situação atual do Arranjo Produtivo foi feita a partir dos dados obtidos com a pesquisa de campo, quando foi possível verificar todos os aspectos: faturamento, capacidade de produção, número de colaboradores, localização dos principais fornecedores, tipos de produtos fabricados, local de comercialização, entre outros.

Nesse contexto, os aspectos fundamentais para o tema foram relacionados à identificação do tipo de concentração existente no Município de Imperatriz e à análise, de acordo com a literatura referente aos Arranjos Produtivos Locais.

3.3 Caracterização da Pesquisa

Pesquisa é um "[...] conjunto de atividades orientadas e planejadas para a busca de um determinado conhecimento" (MARTINS; CAMPOS, 2003, p. 13). Conforme Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa é um procedimento formal reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui o caminho para conhecer a realidade.

Segundo Ruiz (1996), a pesquisa científica é a realização de uma investigação planejada, desenvolvida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência. É o método da abordagem de um problema de estudo que

caracteriza o aspecto físico de uma pesquisa.

Quanto à abordagem, é do tipo qualitativo, pois permite a interdependência dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta pesquisa buscou traduzir opiniões dos sujeitos em questão, que foram esboçadas nas entrevistas.

A pesquisa é também quantitativa por buscar traduzir, por meio de números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, utilizando para isso recursos e técnicas estatísticas (SILVA; MENEZES, 2005).

Com relação ao nível a pesquisa é do tipo descritivo-exploratório, pois apresenta como objetivo a necessidade de redefinir um problema a fim de proporcionar melhor visão ou torná-lo mais específico, considerando que o problema pode ser amplo e pouco esclarecido, por descrever os Arranjos Produtivos Locais das indústrias têxteis no Município de Imperatriz (MA). É exploratória por ter como pretensão analisar esses APLs no que tange ao seu desempenho atual.

Nesse contexto buscou-se descrever os Arranjos Produtivos Locais das indústrias têxteis do Município de Imperatriz (MA), analisando suas características de acordo com a literatura referente ao assunto, analisando os Arranjos Produtivos Locais existentes na literatura, suas formas e desenvolvimento.

Quanto ao delineamento, a pesquisa bibliográfica:

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses (SEVERINO, 2007)

De acordo com Fachin (1993);

a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa (FACHIN, 1993, p. 54).

Para a fundamentação teórica foi necessário recorrer à literatura no âmbito da conceituação dos tipos de aglomerados, desenvolvimento regional, e a outros termos necessários ao entendimento da pesquisa, que procurou explicar um problema a partir de referência teórica publicada em documentos, livros, *sites* da internet e outros, que descreviam Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento regional.

A pesquisa documental, descrita por Severino (2007), cita que:

[...] tem-se como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas de outros tipos de documentos, tais como

jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir do qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise [...] (SEVERINO, 2007, p. 123).

Utilizou-se como fonte de pesquisa os documentos da Fundação do desenvolvimento comunitário (FUNDECO), e concomitantemente, trata-se de uma pesquisa de campo por que, como acrescenta Severino (2007)

[...] o objeto é abordado em meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem a intervenção e manuseio do pesquisador [...] (SEVERINO, 2007, p. 123).

A fonte de informação centrou-se nos empresários de Imperatriz (MA), que atuam no setor industrial têxtil.

3.4 População e Amostra

Diante da impossibilidade de realização de um levantamento do universo dos elementos que compõem a população, utiliza-se a técnica de trabalhar com uma parcela desse universo, denominada amostra, que contém todas as características da população ou do universo (PARRA ; ALMEIDA, 2001).

Lakatos e Marconi (2006) abordam a amostra como uma parcela favoravelmente selecionada do universo (população) é subconjunto do universo. A amostra de empresas foi selecionada tendo como base o Cadastro da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA, 2011).

O universo de Indústrias Têxteis de vestuário e artefatos de tecidos no Município de Imperatriz, segundo dados da FIEMA, envolve 58 indústrias, representando 74,3% do total da Região Tocantina, que compreende 16 municípios. O quantitativo do universo da pesquisa até dezembro de 2011 correspondia a um total de 58 indústrias, compreendendo micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Para Spiegel (1993), uma forma de se obter uma amostra que represente uma população finita é verificar se cada um dos elementos da população tem a mesma probabilidade de participar da amostra, que é então chamada de amostragem aleatória. Essa amostra aleatória pode processar-se num sorteio ou outro método equivalente.

A amostra da presente pesquisa é de 37 indústrias. A escolha amostral foi definida de acordo com a Equação 5, com um erro amostral de 10%.

$$Amostra (n) = \frac{s^2 \cdot Z^2 \cdot N}{s^2 \cdot Z^2 + \varepsilon^2 \cdot (N - 1)}$$

Equação 5 – Escolha amostral

$$Amostra(58) = \frac{s^2 \cdot 0,10^2 \cdot 58}{s^2 \cdot 0,10^2 + \varepsilon^2 \cdot (58 - 1)}$$

$$Amostra(58) = 37$$

Na equação s^2 é a variância; N é a população; Z é a margem de segurança; ε é a margem de significância.

3.4.1 Instrumentos da Pesquisa

Utilizaram-se como instrumentos da pesquisa a análise documental e a pesquisa de campo, por meio de entrevista e questionário. Marconi e Lakatos (2006) afirmam que:

a pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar (MARCONI; LAKATOS, 2006, 198)

Marconi e Lakatos (2006) ainda dissertam sobre os tipos de entrevista: a estruturada e a não estruturada, que variam de acordo com o próprio entrevistador.

Neste estudo optou-se pela entrevista baseada em um roteiro preestabelecido, um questionário que se enquadra na pesquisa semiestruturada, definida pelos autores como “aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. As perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p.199).

Primeiramente houve um contato prévio para explicitar o objetivo da pesquisa e após o consentimento dos sujeitos, foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

3.5 Coletas de Dados

A investigação está centralizada nas indústrias têxteis localizadas no Município de Imperatriz, no sul do Estado do Maranhão. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento a entrevista com perguntas semiestruturadas, dirigidas aos gestores dessas indústrias.

A coleta de dados teve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade de Taubaté, com o protocolo nº 256/2012, bem como o devido consentimento da direção das indústrias pesquisadas e os outros sujeitos da pesquisa após o esclarecimento do objetivo.

Lakatos e Marconi (2006) afirmam que é a etapa de pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos.

Já para Cervo e Bervian (1996), a coleta de dados é uma tarefa importante ao envolver diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta. Utilizaram-se como instrumentos da coleta de dados a análise de documentos, questionários, e entrevista.

3.5.1 Documentos

Os documentos analisados na pesquisa foram disponibilizados de acordo com o critério de importância, selecionados pela coordenadora Auzéria Bonfim, que apresentou o estatuto e as atas de reuniões.

3.5.2 Questionário

A pesquisa de campo, por meio do questionário, foi realizada com base em um roteiro estruturado (Apêndice A) após a aprovação pelo Comitê de Ética sob o Protocolo nº 256/2012 (Anexo 1)

Os questionários foram aplicados *in loco* nas empresas em questão, face a face com os empresários, no período de 1º de agosto a 15 de setembro de 2012, em horário comercial e de acordo com a disponibilidade dos gestores.

3.5.3 Entrevistas

Primeiramente houve um contato prévio para explicitar o objetivo da pesquisa e após o consentimento dos sujeitos, foram agendadas as entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

Na ocasião, foi inicialmente estabelecido um roteiro de perguntas. As respostas dos sujeitos foram anotadas, em forma de texto. No final da entrevista foi feita a leitura para as possíveis correções dos sujeitos e para verificar se houve a compreensão das respostas.

3.6 Tratamentos dos Dados

3.6.1 Tratamento dos Dados da Entrevista

No ato da coleta de dados foi realizada a análise das respostas e a produção textual, de acordo com o posicionamento dos sujeitos da pesquisa após os questionamentos.

3.6.2 Tratamento dos Dados dos Questionários

Os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados de acordo com os parâmetros da abordagem quantitativa, compreendida à luz do posicionamento de Lakatos e Marconi (2009): “A estatística não é um fim em si mesmo, mas um instrumento poderoso para a análise e interpretação de um grande número de dados, cuja visão global, pela complexidade, torna-se difícil (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 113).

Os questionários foram tabulados por meio do *software* Excel, categorizadas por tipo de resposta e frequência de acordo com Bardin (1997 *apud* LAKATOS; MARCONI, 2008). Após a pesquisa de campo e a devida análise foi possível verificar, de forma clara, a realidade do APLs das indústrias têxteis do município de Imperatriz-MA.

Os dados obtidos foram apresentados na forma de gráficos para melhor visualização. Após a descrição da metodologia utilizada é de fundamental importância a caracterização do Município onde se localizam as indústrias objeto de estudo.

4 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DE IMPERATRIZ: UM DIAGNÓSTICO

A abordagem desta seção se inicia com a caracterização do Município em questão, sua localização e aspectos econômicos, destacando o seu processo de industrialização. Posteriormente disserta sobre os aspectos históricos que propiciaram o surgimento do Arranjo Produtivo das indústrias têxteis, e em seguida têm-se a descrição das indústrias de confecções, seu perfil, e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

4.1 Caracterização de Imperatriz - MA

De acordo com o IBGE (2011), o Município de Imperatriz localiza-se no oeste do Estado do Maranhão, na microrregião nº 38. Encontra-se às margens do rio Tocantins e é considerada a segunda maior cidade do Estado. Limita-se com os municípios de Cidelândia, São Francisco do Brejão, João Lisboa, Davinópolis, Governador Edison Lobão, com o Estado do Tocantins, e encontra-se a 629,5 quilômetros da capital do Estado.

Suas coordenadas geográficas são 5º 31' 32' latitude sul; 1 47º 26' 35' longitude a W Gr., com altitude média de 92 metros acima do nível do mar. A área total do Município é de 1.368,9 km², dos quais 15.480 km² estão em zona urbana, ficando atrás apenas da capital São Luis. Está localizada no sudoeste maranhense, e possui uma população de 247.505 habitantes (IBGE, 2011).

Imperatriz é conhecida pela sua estratégica localização, no oeste do Estado do Maranhão, e o engenheiro, doutor em economia e também ex-ministro do planejamento, Antônio Kandir, a designou MetrÓpole da Integração Nacional, pela sua localização estratégica, além de estar incluída entre as 100 maiores cidades do Brasil, incluindo capitais com seis mil municípios. (SOUZA; ASSUNÇÃO, 2011).

A cidade forma uma importante província econômica com Araguaína-TO, Marabá-PA, Balsas-MA e Açailândia-MA. Situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Paraupébas), a mineração do igarapé Salobro (Marabá/Paraupébas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a

Ferrovia Norte-Sul, as indústrias guzeiras (Açailândia), e a indústria de celulose da Celmar (Cidelândia). A proximidade desses projetos de algum modo condiciona seu desenvolvimento.

A Figura 3 apresenta a localização do Município de Imperatriz.

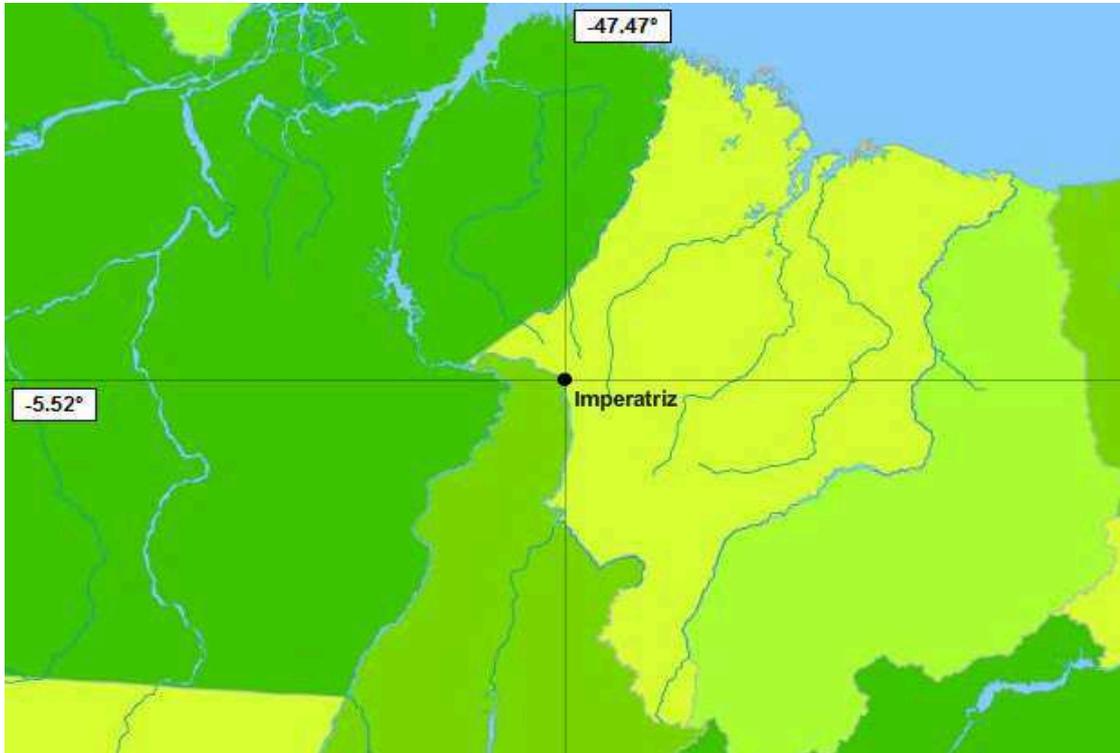


Figura 3 - Localização do município de Imperatriz
Fonte: IBGE (2011)

Imperatriz, além de possuir uma localização estratégica, tem uma excelente estrutura de vias de acesso por meio rodoviário, com a BR 010 Belém-Brasília; ferroviário, com a Ferrovia Norte-Sul e a Estrada de Ferro Carajás; hidroviário, pelo Rio Tocantins; e aeroviário, com voos diários com companhias aéreas e taxis aéreos.

O setor terciário é responsável pela maior movimentação da economia do Município, o que corresponde a 78,8% do PIB municipal. O setor secundário e o primário são mais modestos e representam 16,7 e 5,5% da economia do Município IBGE (2010).

Considerada como uma das cidades mais importantes da economia do Maranhão, e a segunda cidade mais populosa do Estado, Imperatriz está passando por um crescimento muito rápido, destacando-se a área de construção civil.

A Figura 4 apresenta o setor central do Município.



Figura 4 - Setor central do município de Imperatriz
Fonte: Prefeitura de Imperatriz (2012)

Como a economia de Imperatriz é focada no comércio e serviços, apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, abastecendo mercados locais em um raio de 400 km², colaborando para a geração de emprego e renda tanto para os imperatrizenses como para populações dos municípios vizinhos.

Segundo Sanches (2003), a cidade

(...) tem um dos principais polos comerciais da região norte-nordeste localizada em uma área que atinge o sudoeste do Maranhão, o norte do Tocantins e o sul do Pará. Possuindo várias obras sendo elas da natureza e também do homem, como o caudaloso, piscoso, perene e navegável rio Tocantins, bem como a ferrovia norte sul, a estrada de ferro Carajás, a BR-010 (Belém/Brasília), além de possuir o sistema de vigilância da Amazônia (SIVAM) e também a rede de monitoramento contínuo por satélite. (SANCHES, 2003, p. 75).

O PIB de Imperatriz é atualmente o terceiro maior do Estado, com R\$ 1.740.930.000, atrás somente do município de Açailândia e da capital São Luís. O Município possui uma renda *per capita* de R\$ 7.367,12 (IBGE, 2011).

Com 95% de população na área urbana, e uma enorme densidade populacional, de 180,79 habitantes km², surge a necessidade de serviços mais especializados, concomitantemente o estabelecimento de empresas e profissionais de diversos ramos do setor terciário.

Dada essa necessidade de qualificação, Imperatriz tornou-se um polo educacional de ensino superior. Conta hoje com dois *campi* universitários públicos: o *campus* II, da Universidade Federal do Maranhão (UEMA), e o Centro de Estudos Superiores de Imperatriz (CESI) da UEMA, uma universidade particular

(UNICEUMA), além de quatro faculdades e mais de dezenas de Institutos de Educação superior.

4.1.1 A Industrialização em Imperatriz - MA

O Município de Imperatriz foi criado em 16 de julho de 1852, após três anos seguidos de navegações pelo rio Tocantins, lideradas pelo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, que foi o encarregado de fundar um povoado no Maranhão, divisa com o Estado do Pará, pelo então governador Jerônimo Francisco Coelho.

Barros (1996) descreve que:

Frei Manoel Procópio aportou acompanhado de dois colonos e suas famílias. Eram os cidadãos Juvenal Simões de Abreu e Zacarias Fernandes da Silva e também quatro “praças” para guarnecê-los. Em pleno mês de julho, naturalmente encontraram a praia do Cacau e na foz do riacho acamparam. (BARROS, 1996, p. 26).

No século XIX a economia de Imperatriz se concentrava basicamente na criação de gado e na agricultura de subsistência. A vegetação predominante era o cerrado, propícia à criação extensiva, e o que tinha valor era o couro do gado, matéria-prima da fabricação dos diversos produtos sertanejos. Imperatriz passou por diversos ciclos econômicos: ciclo do gado, da borracha, castanha, madeira, e do arroz.

No final da década de 1950 os nordestinos foram ocupando o espaço e plantando arroz, feijão, milho, favas e outros gêneros de seu consumo e também de fácil comercialização, formando grandes excedentes que foram vendidos a comerciantes e donos de usinas de arroz. Os comerciantes imperatrizenses passaram a investir na compra de máquinas de beneficiamento e no transporte para outros centros (FRANKLIN, 2008).

Em 1958 começou a construção da Rodovia Belém-Brasília e o fluxo migratório se intensificou de 1958 a 1960. Segundo dados do IBGE, Imperatriz recebeu 20.003 imigrantes. Havia no Município 29.475 pessoas, dentre elas 75,2% dedicadas às atividades agropecuárias e extrativistas, e apenas 4,4%, que corresponde a 1.749 pessoas, dedicavam-se às atividades industriais.

Houve um crescimento de 237% pessoas dedicadas a indústrias na década de 1960 (FRANKLIN, 2008). Nessa década as indústrias de transformação se destacaram no quesito ocupação de mão de obra, com um crescimento de 237%, com 927 pessoas ocupadas. Já em 1970 esse número foi para 2.201 pessoas (FRANKLIN, 2008).

Segundo o IBGE (2012), Imperatriz era considerada a cidade mais progressista do País na década de 70, recebendo contingentes migratórios das mais diversas procedências. No final da década, início dos anos de 1980, o ciclo da madeira entrou em crise, ocasionando aumento considerável do desemprego. Começava-se, então, a discutir a necessidade de industrialização, da atração de empresas de diversos portes para manter o crescimento de outrora (FRANKLIN, 2008).

De acordo com o censo do IBGE (2012), no ano de 1991 ocorreu uma redução de 36% das pessoas trabalhando nas atividades rurais, tomando por base uma pesquisa que abrangeu os dez anos anteriores, fato ocasionado pelo desmembramento que resultou na criação do município de Açailândia. Nessa mesma época o setor industrial apresentou um crescimento de 13,6%.

Na Tabela 4 observa-se a ocupação de pessoas, acima de dez anos, segundo a área de atividade econômica, como: agropecuária, indústrias de transformação, extrativistas, de comércio, prestação de serviços, atividades sociais, administração pública e outras atividades.

Tabela 4 – Ocupação de Imperatriz por Atividade Econômica (1940 a 2000)

Setor de atividade/ Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Agropecuária, Pecuária	1.725	2.844	10.488	15.336	26.523	17.061	7.601
Atividades Industriais			2.201				
Indústrias Extrativistas		1.857					
Indústrias de Transformação			957		7.496	8.518	10.410
Indústrias de Construção					4.201	6.123	5.451
Outras atividades Industriais					1.605	1.889	
Comércio	66	162		1.845	8.034	16.575	23.041
Prestação de Serviços		136		1.860	8.878	16.649	
Atividades Sociais		1		424	2.466	6.616	
Administração Pública		57		178	1.285	2.459	4.199
Outras Atividades			2.369	472	1.160	1.514	631

Fonte: IBGE (2012)

Percebe-se que houve uma evolução no número de pessoas ocupadas na indústria de transformação: na década de 1960 eram 957, já na década de 2000 aumentou para 10.410. Observa-se que houve um aumento considerado de pessoas trabalhando na década de 1970 e 1980, quando se tornou o Município mais populoso do Estado depois da capital, o que se deve a sua privilegiada posição

geográfica. Tornou-se, posteriormente, um polo de abastecimento comercial.

Na Tabela 5 observa-se a participação dos setores no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal nos anos de 1999, 2000, 2004 e 2009.

Tabela 5 - Valor adicionado por setor de atividade e PIB Municipal de Imperatriz-MA

Anos	Valor Adicionado da Agropecuária	Valor Adicionado da Indústria	Valor Adicionado dos Serviços	PIB*
1999	5.827	75.087	87.425,66	516.325,00
2000	6.807	80.111	6.668,06	617.844
2004	169.748	138.843	766.578	103.604
2009	42.998	266.880	1.479.046	2.000.735

Fonte: IBGE (2011)

* Em R\$ milhões correntes

No ano de 1999 a participação da indústria no PIB foi de 75.087 milhões, em 2009 esse número foi de 266.880 milhões, o que demonstra que é crescente a participação no aumento do PIB municipal.

Na Tabela 6 há a movimentação agregada, relacionada às admissões e desligamentos no município de Imperatriz.

Tabela 6 - Movimentação agregada de Imperatriz- MA

Movimentação agregada	Município	Microrregião	Estado MA	Brasil
1) Admissões	1.818	4.158	17.380	3.943.981
2) Desligamentos	1.799	3.849	16.034	3.769.307
Nº Emp. Formais - 1º Jan./2012	3.805	7.686	36.819	8.159.837
Total de Estabelecimentos	577	919	4.873	671.172
Varição Absoluta	19	309	1.346	174.674

Fonte: CAGED (2012)

Observa-se, pela Tabela 6, o número de estabelecimentos de indústrias de transformação, contemplando todos os setores, de janeiro a dezembro de 2011, com um comparativo feito com a microrregião, com o Estado do Maranhão, e Brasil.

Tabela 7 - Perfil do Município, admissões, desligamentos e número de estabelecimentos

Movimentação agregada	Município	Microrregião	Estado do MA	Brasil
1) Admissões	384	657	2.044	2.354.763
2) Desligamentos	419	622	1.936	2.239.634
Nº Emp. Formais - 1º Jan./2012	205	238	1.267	1.022.673
Total de Estabelecimentos	73	97	571	133.907
Varição Absoluta	-35	35	108	115.129

Fonte: CAGED (2012)

Na Tabela 7 apresenta-se a quantidade de empregos formais gerados pelas indústrias de transformação têxtil do vestuário e artefatos de tecidos desde o ano de 2007, do mês de janeiro até dezembro de 2011, com um comparativo com a microrregião, Estado do Maranhão e Brasil.

4.2 A Geografia dos Arranjos Produtivos

A metodologia utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2006 teve o propósito de, primeiramente, identificar estatisticamente e mapear geograficamente os Arranjos Produtivos dos Estados brasileiros e, em seguida, classificá-los a partir de tipologias, segundo categorias ou tipos, o que permite racionalizar critérios de administração de políticas públicas e ações privadas direcionadas, facilitando a coordenação, o acompanhamento, e o controle.

A metodologia de identificação e caracterização estrutural e o mapeamento dos sistemas produtivos locais são feitos com base na aplicação de índices de concentração regional e de especialização às estatísticas distribuídas por classes de atividade econômica e por microrregiões.

Para verificar quais atividades são regionalmente mais concentradas utilizou-se o coeficiente de Gini Locacional (GL), e para determinar em quais microrregiões essas atividades estão localizadas utilizou-se um índice de especialização: o Quociente Locacional (QL).

Esses dois indicadores foram posteriormente combinados com variáveis de controle e filtros, de modo a tornar mais seletiva a identificação das aglomerações que se caracterizem como APLs. Foram identificados 762, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Número de arranjos produtivos por intensidade tecnológica no Brasil

Setores Produtivos	Nº de APLs	%
Setor Secundário	762	100
Baixo conteúdo tecnológico	339	44,5
Média-Baixa tecnologia	230	30,2
Média-Alta tecnologia	113	14,8
Alta intensidade tecnológica	80	10,5
Total	762	100

Fonte: Suzigan *et al* (2005 *apud* Costa, 2010)

Verifica-se um número expressivo de Arranjos Produtivos Locais no setor secundário, entretanto são de baixo conteúdo tecnológico. Observa-se, de acordo

com a Figura 1, que há uma concentração maior na Região Sudeste, com 211, e em seguida na Região Nordeste, com 201 APLs.

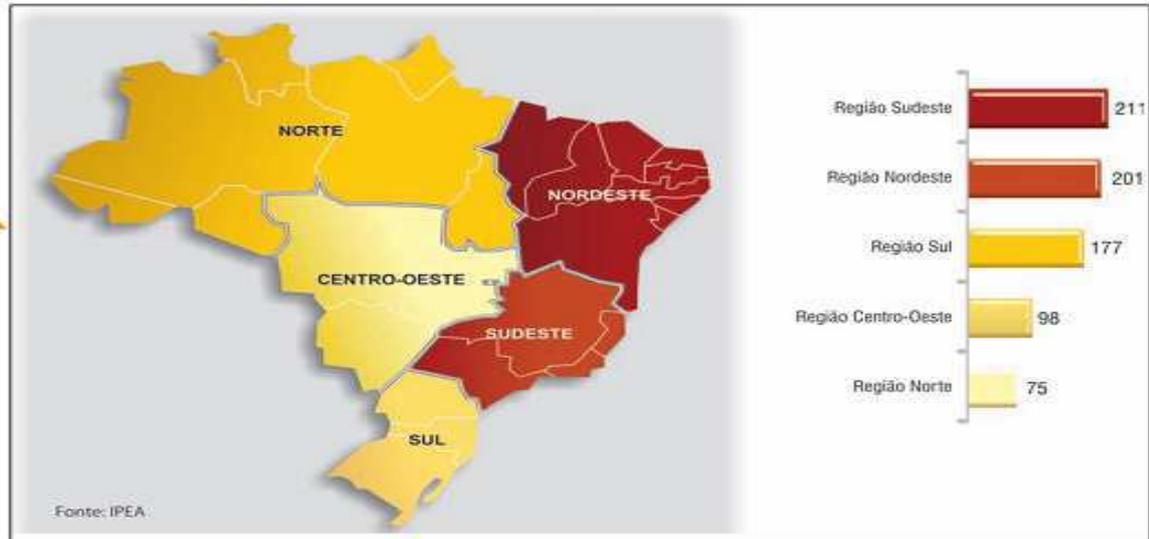


Figura 1 – APLs por Setores Produtivos nas Macrorregiões do Brasil –
Fonte: Suzigan *et al* (2005 *apud* Costa, 2010)

De acordo com Gráfico 1, o número de Arranjos Produtivos identificado na Região Nordeste é de 184. A maioria, 97, é de baixo conteúdo tecnológico; 72 são de média/baixa tecnologia; 17 de média/alta tecnologia; e apenas 15 de baixo conteúdo tecnológico.

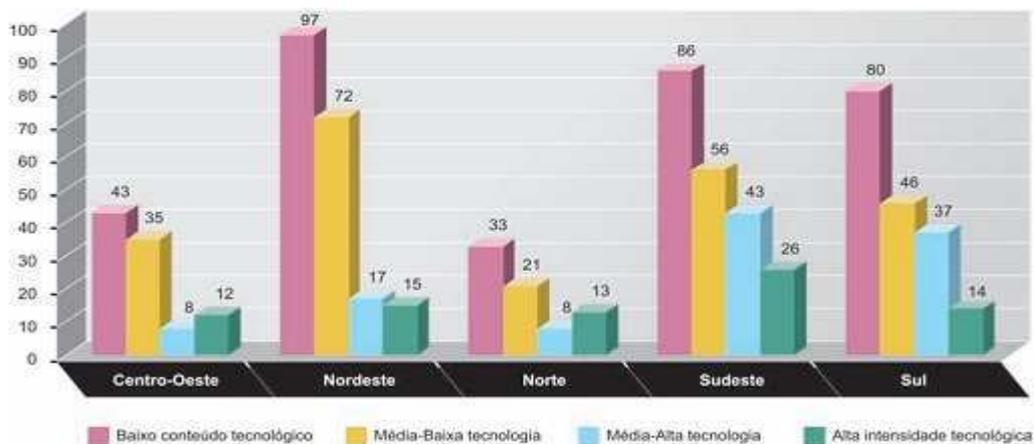


Gráfico 1 - Tecnologia dos APLs nas Macrorregiões do Brasil
Fonte: Suzigan *et al* (2005 *apud* Costa, 2010)

No Gráfico 1 apresenta-se um comparativo com as outras macrorregiões do País. O Nordeste é destaque no quesito baixo conteúdo tecnológico, em seguida vem a Região Sudeste.

Tabela 2 - Número de APLs por intensidade tecnológica no Brasil

Região Nordeste - Maranhão (MA)		
Nome do APL	Cidade Polo	Setor Produtivo
Artefatos de Madeira	São Luís	Baixo conteúdo tecnológico
Artefatos de plástico	São Luís	Médio e baixo
Couro e Calçados	Imperatriz	Alto conteúdo tecnológico
Esquadrias de Metal	São Luís	Médio e baixo
Madeiras e Móveis	Imperatriz	Baixo conteúdo tecnológico
Couros e artefatos de Metal	São Luís	Médio e alta
Produtos cerâmicos	Caxias	Médio e alta
Produtos cerâmicos	Itapecuru Mirim	Média e alta
Produtos cerâmicos	Porto Franco	Média e alta
Produtos cerâmicos	Rosário	Média e alta
<i>Software</i>	São Luís	Alta intensidade tecnológica
Tecidos e Confeções	Caxias	Baixo conteúdo tecnológico
Tecidos e Confeções	Imperatriz	Baixo conteúdo tecnológico
Tecidos e Confeções	São Luís	Baixo conteúdo tecnológico

Fonte: Suzigan *et al* (2005 *apud* COSTA, 2010)

A análise da Tabela 2 aponta uma diversidade de Arranjos Produtivos no Estado do Maranhão: artefatos de madeira, plástico, couro e calçados, esquadrias de metais, produtos cerâmicos, e *software*, entre outros.

Imperatriz é considerada cidade polo nos Arranjos Produtivos de couro e calçados, madeiras e móveis e tecidos e confeções. De acordo com os índices de concentração de identificação dos Arranjos Produtivos contidos neste estudo, apresenta-se uma aplicação dessa metodologia no setor têxtil do Município.

O objetivo é calcular o Índice de Quociente Locacional (QL), com o intuito de saber se o Município de Imperatriz (MA) possui especialização no setor têxtil. Para saber a importância do emprego do setor têxtil do Município em relação ao emprego do País foi aplicada a fórmula da Participação Relativa. Este estudo objetiva, também, calcular a Concentração normalizada (IC) em função do emprego, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) (2012):

- emprego do setor no Município de Imperatriz = 238;
- emprego total da Região= 1.430;
- emprego do setor no Brasil = 1.022.673; e
- emprego total na Região = 59.302.

De acordo com as equações já descritas neste estudo, obtiveram-se os seguintes resultados sintetizados na Tabela 3:

Tabela 3 - Índices de concentração do Setor Têxtil

UF	Município	QL
MA	Imperatriz	1,32796

Fonte: Simonetti (2013)

Com relação ao quociente locacional (QL), o resultado acima de 1 significa que o Município de Imperatriz possui especialização em um setor específico, maior que o do Brasil, ou seja, a especialização do setor referido.

O resultado da concentração é um dado importante para o completo entendimento sobre o setor têxtil do Município. O comparativo com o mesmo setor em uma análise macro, no Brasil, de acordo com a classificação de Castro (2009) aponta que esse APL tem certa importância para o setor, na produção e no emprego, mas que por estarem diluído num tecido econômico muito maior e mais diversificado, tem pouca relevância para o desenvolvimento econômico local.

4.2.1 Indústrias Têxteis no Município de Imperatriz (MA)

É necessário recorrer à história para entender hoje o Arranjo Produtivo das indústrias têxteis de Imperatriz, o processo histórico e os fatores essenciais que contribuíram para a formação do APL.

Por meio da análise de documentos, da Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FUNDECO) e entrevista com a atual coordenadora do projeto 'Produzir para Libertar', pode-se afirmar que um Projeto implantado em 1982 pelos deputados do PMDB, Cid Carvalho e Paulo Rodrigues, foi o fator que propiciou o aglomerado de indústrias têxteis no Município.

A inspiração desse projeto foi a experiência vivida pela cidade pernambucana Santa Cruz do Capibaribe, onde se desenvolveu um polo de confecção de material popular, na base do retalho, ocasionando uma transformação na cidade, tornando-a um exemplo de integração da população por meio do trabalho, elevando assim o nível de renda *per capita* do Estado de Pernambuco. Além do crescimento econômico houve uma mudança social, pois o Projeto propiciou a inclusão social.

Em Imperatriz a grande mensagem do Projeto foi que o trabalho era o fator decisivo, não apenas na ocupação e remuneração, mas de transformação da mentalidade e da visão cultural das comunidades envolvidas. Era um Projeto inovador, que se diferenciava dos vícios assistencialistas na Região, pois nada seria dado: era um estímulo à mobilização para o trabalho, com a participação direta da comunidade.

Com esse intuito foi criada a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FUNDECO). Implantaram 40 centros comunitários que serviria de base para a coordenação das comunidades de bairro que tinham como função apoiar os núcleos produtivos localizados nos diversos bairros do Município. O objetivo era aproximar os gestores do Projeto no atendimento das necessidades das pessoas envolvidas.

Observa-se, na Figura 5, a visualização de um desses Centros, esse especificamente localizado no bairro Vila Lobão.



Figura 5 - Centro Comunitário Movimento Produzir para Libertar
Fonte: FUNDECO (2012)

A dinâmica do Projeto iniciava-se com a formação de turmas de mulheres, donas de casa em sua maioria, no curso de corte e costura. Cada turma abrigava em média 30 alunas, e tornavam-se aptas 450 a cada três meses. Cerca de 1.800 pessoas por ano eram profissionalizadas.

Posteriormente, essas pessoas recebiam máquinas de costura e poderiam trabalhar por tempo indeterminado, mas com a condição de gerar empregos e haver produção, caso contrário a máquina seria recolhida e repassada para outra pessoa.

Havia o banco de materiais, que repassava a matéria-prima com pagamento facilitado. Os núcleos de produção ficavam nas casas de cada costureira, que como forma de identificação tinham suas casas pintadas com o *slogan* do Projeto, o que facilitava a comercialização dos artigos produzidos, que eram vendidos no núcleo de produção, conforme ilustrado pela Figura 6.



Figura 6 - Núcleo produtivo
Fonte: FUNDECO (2012).

A progressão do número de afiliadas ocorreu de forma geométrica. No segundo semestre do ano de 1992 eram 100 unidades produtivas, já no ano de 1993 existiam mais de novecentas, considerando que cada núcleo produtivo gerava três empregos. Tem-se a estimativa de 3.000 pessoas vivendo do projeto, ou em torno dele.

O Projeto teve apoio fundamental do Ministério do Bem-Estar Social, da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e da Fundação do Banco do Brasil. Por meio desses órgãos foi possível adquirir as máquinas de costura, cerca de duzentas, o estoque de mercadorias no Banco de Materiais, e principalmente a construção do Palácio Comunitário, que era o local para feiras e eventos do Projeto. Na época era o maior centro de feiras e convenções do norte do País no campo têxtil e trabalho comunitário.

A coordenadora do Projeto, Auzéria Bonfim, promovia feiras e eventos para exposição das mercadorias produzidas em Imperatriz. Firmou parcerias com o SEBRAE para capacitação contínua para as afiliadas tornarem-se profissionais e

formarem seu núcleo produtivo, e promovia reuniões com as responsáveis pelos núcleos para avaliações e para verificar suas necessidades. Na sua gestão conseguiu atingir cinco mil núcleos têxteis.

Segundo Auzéria Bonfim:

Em 1993, com o escândalo da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do orçamento, o deputado Cid Carvalho renunciou para não ser cassado e o Projeto sofreu retaliações. As pessoas passaram a não lhe dar mais crédito, o que ocasionou uma perda significativa, pois passou a ser visto como mais uma obra eleitoreira, o que na realidade não significava isso, o projeto era sério e promovia a inclusão social e proporcionava o aumento da renda das pessoas envolvidas.

Em 1995, outro diretor assumiu o Projeto, que continuava com sérias dificuldades, como a falta de parcerias. As pessoas se afastaram e se consolidaram no mercado por conta própria com suas atividades, o que ocasionou a desativação do Projeto.

Em 2001 a coordenadora Auzéria Bonfim retomou o Projeto, gerindo o espaço da Fundação, formando novos núcleos, e novas empresas foram inseridas no mercado. Atualmente, de acordo com a atual coordenadora:

o movimento 'Produzir para Libertar' ainda capacita novos profissionais no ramo têxtil, além de ressocializar detentos de penas alternativas. Também cede um espaço físico para as microempresárias que não têm sede própria para produzir e expor suas mercadorias, pagando um valor irrisório. Tudo isso sem incentivos e parcerias.

Auzéria Bonfim, que esteve no projeto desde a sua implantação, destaca o quão importante foi esse movimento, pois promoveu a inclusão de pessoas no mercado de trabalho, foi de grande valia para o município, e fomentou a economia com a geração de emprego e renda, e manifesta a sua tristeza pelos acontecimentos que levaram a desativação do projeto.

Percebe-se que houve uma trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos a partir de uma base social, cultural em comum. Segundo Lastres e Cassiolato (2003), esses APLs São mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores.

Becantinni (2002 *apud* Croco e Diniz 2006, p. 112) disserta sobre os condicionantes básicos para o surgimento dos Arranjos Produtivos, e observa-se que todos os condicionantes citado pelo autor se aplicam ao APL, pois se verifica que na trajetória histórica havia um complexo de valores, conhecimentos instituições e comportamento contrário ao do processo da grande empresa fordista, genericamente industrial e massificadora; possui uma estrutura produtiva

diversificada, formada ao mesmo tempo por fábricas, pequenas empresas, artesanato, trabalho domiciliar e autoprodução familiar; e uma estrutura creditícia disposta a financiar iniciativas menores e promissoras.

4.2.2 O Sindicato das Indústrias Têxteis de Imperatriz - MA (SINDICORTE)

Após entrevista com o presidente do SINDICORT verifica-se que trata-se de uma associação patronal, fundada em 29 de outubro de 1991 por José Almir de Sousa. Surgiu de uma necessidade trabalhista, com a criação do sindicato das costureiras, e foi instituído o sindicato patronal para as negociações.

Como ainda não há sede própria, as reuniões são realizadas na unidade do SEBRAE de Imperatriz. A cada dois anos são realizadas eleições e hoje a diretoria conta com dez pessoas, com a presidência de José Almir de Sousa.

Fazem parte do sindicato 30 associados, mas somente 16 são atuantes. Qualquer empresa do setor têxtil, independente do seu porte, está habilitada a participar do sindicato, que exige apenas uma contrapartida financeira mensal.

Como afirmou o atual presidente do Sindicato:

O sindicato tem o objetivo de fomentar os negócios no Município, promover a interação entre os sócios, buscar incentivos do governo municipal, e não obstante essas ações, buscar a promoção e desenvolvimento das indústrias com a parceria do SEBRAE.

José Almir de Sousa relatou também a dificuldade de promover ações que mobilizem um número considerado de empresas: “*alguns não participam por falta de interesse por parte de alguns empresários, e outros talvez por não saberem da importância do Arranjo*”. Destaca que a sua empresa foi uma das primeiras a se instalar na região:

a minha empresa foi uma das poucas que não surgiu devido ao projeto movimento Produzir para Libertar, almejava a implantação de outras empresas do mesmo setor, pois encontrava dificuldade com relação a mão de obra específica para a atividade, e tinha o conhecimento que essa dificuldade seria saneada através de uma aglomeração.

Por isso apoia o surgimento de outros núcleos produtivos, provenientes até mesmo de seus colaboradores. Os 30 anos de experiência dão o suporte necessário com relação ao aconselhamento e indicação de matéria-prima de qualidade.

4.3 Análises e discussão dos dados

As análises são referentes à interpretação das respostas fornecidas pelos empresários no questionário estruturado. O objetivo da análise é extrair dos dados coletados um diagnóstico do Arranjo Produtivo têxtil do Município de Imperatriz, destacar aspectos fundamentais para o conhecimento desse Arranjo, verificar a forma de tributação, enquadramento da empresa, o tempo de atuação no mercado, número de colaboradores e a origem da matéria-prima, para então verificar se há empresas correlatas no Município, diminuindo os custos de logística, o que seria um aspecto positivo para o crescimento do Arranjo.

Com a análise pretende-se, também, verificar se há sinergia entre as empresas, colaboração de alguma forma, compartilhamento de informações, e se existe contribuição para com a sociedade com ações sociais. Como outro fator imprescindível para o crescimento de uma empresa é a capacidade de produção, é importante verificar se há capacidade ociosa ou não.

Também é importante verificar a preocupação dos gestores com relação à atualização do conhecimento por meio de cursos e capacitação de seus colaboradores, além da preocupação dos gestores com relação à preservação ambiental.

4.3.1 Porte das Empresas e Enquadramento Tributário

O Gráfico 2 apresenta a classificação empresas pesquisadas, segundo o porte da empresa

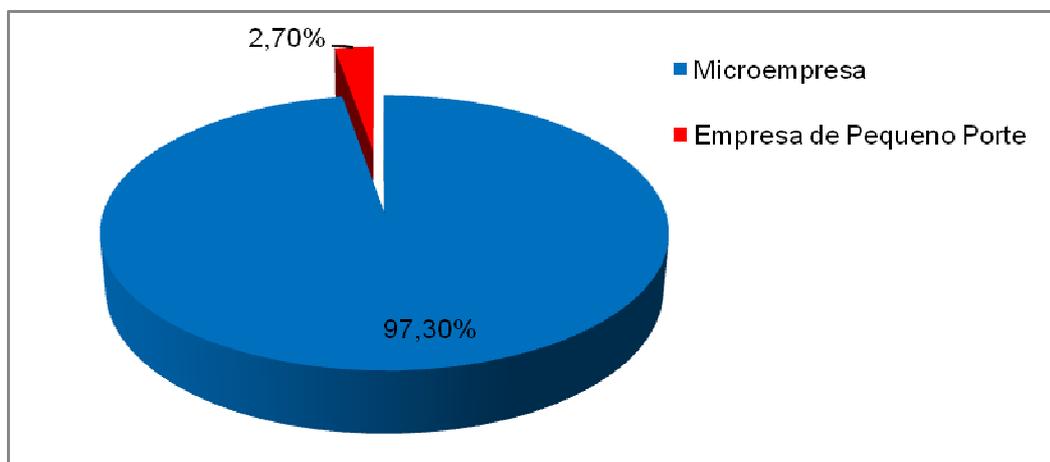


Gráfico 2 – Classificação segundo o porte da empresa

De acordo com o Gráfico 2, 97,30% das empresas pesquisadas são registradas como microempresas e 2,70% como empresas de pequeno porte. Todas são constituídas como sociedade limitada e o tipo de tributação está previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Trata-se do Simples Nacional, um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Esse APL, de acordo com a classificação dos Arranjos Produtivos mencionado pela SEPLAN (2012), como agrupamento de modelo tradicional de crescimento, por ser formado por micro e pequenas empresas que normalmente convivem com algumas grandes empresas, mas com pouco relacionamento entre elas. Apesar de agregar algum valor aos produtos e ocuparem posições importantes no mercado são desprovidas de estratégias sustentáveis de crescimento.

Embora esse APL seja pequeno comparando com outros Arranjos Produtivos do Brasil, é de suma importância para o Município por sua capacidade de produção, pela geração de emprego e renda e pela possibilidade de formação de elos na cadeia produtiva, mas para haver desenvolvimento e alavancagem das empresas, independente de seu porte, são necessárias propostas de articulação e conscientização entre os empresários, apresentando os ganhos gerados ao setor pela eficiência coletiva, o que é possível pela soma das ações deliberadas e economias positivas motivadas pelo simples fato da aglomeração.

4.3.2 Tempo de Atuação da Empresa no Mercado

O tempo de atuação das empresas no mercado é fundamental para perceber a sustentabilidade na atuação desse Aglomerado, por isso foi questionado esse tempo, e os resultados estão demonstrados no Gráfico 3.

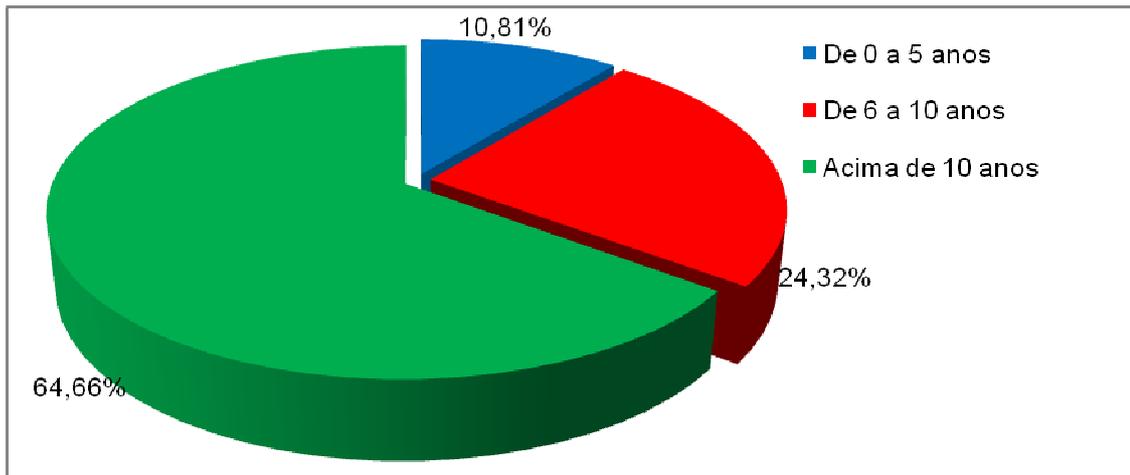


Gráfico 3 - Tempo de atuação das empresas

Observa-se no Gráfico 3 que 64,06% atuam há mais de dez anos; 24,32% de seis a dez anos; e as demais, 10,82%, têm no máximo cinco anos de atuação. Esse resultado mostra que a maioria das empresas está atuando há mais de dez anos no mercado. Verifica-se a grande importância dessas empresas no cenário regional como geradoras de emprego e renda, e na promoção da qualificação da mão de obra em Imperatriz.

Fazendo menção à data da desativação do projeto, que culminou no surgimento do Arranjo Produtivo, pode-se afirmar que essa grande maioria é toda proveniente desse projeto, não diretamente, mas de forma indireta, pois a grande maioria das empresas é de colaboradores que saíram das empresas e montaram seu próprio negócio.

4.3.3 Número de Funcionários e Regime de Trabalho

Os recursos humanos nos APLs são insumos imprescindíveis para o crescimento das empresas e o Gráfico 4 mostra o número de funcionários no primeiro ano de criação das empresas.

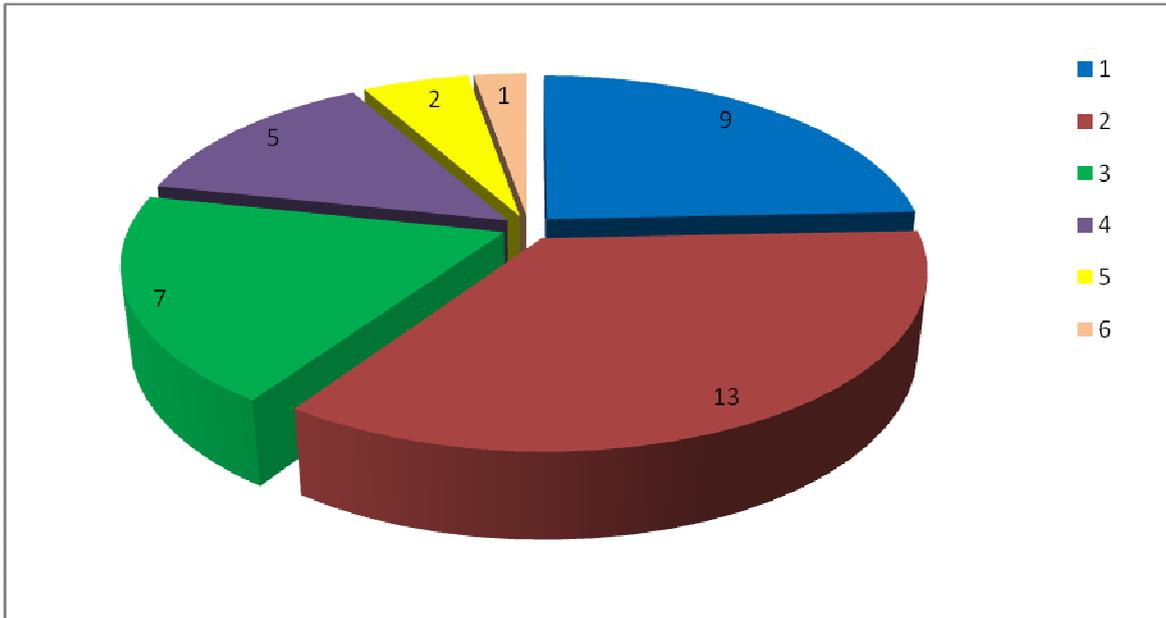


Gráfico 4 - Número de funcionários no primeiro ano de criação

O Gráfico 4 apresenta o crescimento do número de empregos gerados, uma vez que uma empresa tinha dois funcionários; nove tinham apenas um funcionário; sete tinham três funcionários; cinco tinham quatro funcionários; e finalmente duas empresas tinham cinco funcionários.

Na Tabela 8 apresenta-se a quantidade de funcionários no ano 2012. Na primeira coluna tem-se o número de funcionários, seguido na segunda coluna pelo número de empresas correspondente ao número de funcionários relacionados com a primeira coluna. Verifica-se que a maioria das empresas está com a capacidade de mão de obra acima de oito pessoas. Cabe ressaltar que esses colaboradores são qualificados para exercer suas funções, seja com cursos específicos ou capacitação na própria empresa, no exercício de suas funções.

De acordo com a pesquisa, alguns desses profissionais, como já mencionado, são treinados na própria empresa no exercício de suas funções, fato que se deve à falta de profissionais qualificados para as atividades específicas disponíveis no Município, com habilitações em corte, costura, e serigrafia.

Tabela 8 - Relação do número de empresas *versus* número de funcionários

Quantidade de Funcionários	Frequência (Quantidade de Empresas)	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
1	2	5,4	5,4	5,4
10	1	2,7	2,7	8,1
12	1	2,7	2,7	10,8
15	2	5,4	5,4	16,2
18	2	5,4	5,4	21,6
2	4	10,8	10,8	32,4
22	1	2,7	2,7	35,1
23	1	2,7	2,7	37,8
25	2	5,4	5,4	43,2
26	1	2,7	2,7	45,9
3	3	8,1	8,1	54,1
30	2	5,4	5,4	59,5
4	2	5,4	5,4	64,9
48	1	2,7	2,7	67,6
5	1	2,7	2,7	70,3
6	1	2,7	2,7	73,0
7	4	10,8	10,8	83,8
8	3	8,1	8,1	91,9
9	3	8,1	8,1	100,0
Total	37	100,0	100,0	

É pertinente o alinhamento dos empregados às competências fundamentais das empresas e à cultura corporativa, o que é detectado por meio de avaliação de desempenho.

Outro fato observado é a facilidade quanto ao ensino/aprendizagem, que exige pouco conhecimento escolar. A mão de obra é do próprio Município, contribuindo para que os indivíduos com baixa qualificação profissional ingressem no mercado de trabalho. Verifica-se em apenas uma empresa 48 empregos diretos; em duas empresas há 30 colaboradores; e três empresas têm nove trabalhadores.

4.3.4 Relação Empresa com Atividades Cooperativas com outras Empresas

O Gráfico 5 apresenta os percentuais de empresas que possuem atividades cooperativas com outras empresas.

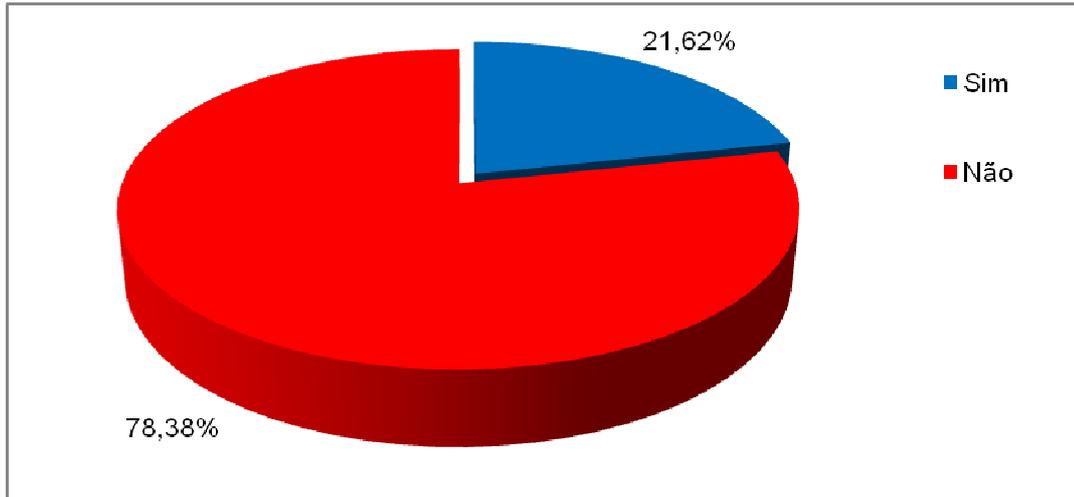


Gráfico 5 – Empresas que possuem atividades cooperativas

Quanto à relação empresa com atividades cooperativas com outras empresas, verifica-se que 78,38 % afirmaram que não mantêm nenhuma atividade de cooperação, compras conjuntas, nem compartilhamento de tecnologia e informação e 21,62% afirmaram que possuem algum tipo de atividade cooperativa.

Diante desse percentual pode-se classificar, de acordo com a tipologia versada por (PIETROBELLI, 2003), como um arranjo geográfico casual de empresas: com ocasionais elos interfirmas, nenhuma ou escassa experiência de cooperação, e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas.

Verifica-se, também, a ausência das vantagens ativas ou dinâmicas, que são obtidas com o acúmulo e intercâmbio do conhecimento tácito, a criação de relações de confiança, a cooperação e a diminuição dos custos de transação.

Não há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas obtido com a interação com outras empresas, com cursos e feiras desenvolvidas pelos empresários do Arranjo, o que impossibilita a Aprendizagem e Inovação.

As ações conjuntas entre os participantes de um Arranjo são o diferencial para o seu crescimento. Atividades coletivas voltadas para vender mais, diminuir custos, ou produzir políticas públicas, locais de incremento da qualificação da mão de obra ou da infraestrutura, promovem o aumento da competitividade e determinam a dinâmica de desenvolvimento local do Arranjo (GTA, 2011).

Nota-se que são quase ínfimas as ações coletivas no Arranjo Produtivo das indústrias têxteis em Imperatriz. Percebe-se que há ausência de ações conjuntas baseadas na confiança entre os agentes, o que é o fator determinante para a

potencialização das externalidades, gerando um ambiente propício para que ocorra efetivamente um Arranjo Produtivo de forma a incrementar a competitividade local.

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997), o conhecimento tem duas dimensões: epistemológica, que é o conhecimento tácito e o explícito; e ontológica, considerada os níveis de entidades criadoras do conhecimento: individual; grupal; organizacional; e interorganizacional, entre outras formas.

O modelo dos autores designa que o conhecimento é criado e expandido pela interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito, num processo que eles chamam de 'conversão do conhecimento'. Essa conversão é um processo social entre indivíduos e não está confinado dentro de um indivíduo.

A capacitação em conjunto e a informação e conhecimento adquiriram *status* de insumo e recursos estratégicos (ALBAGLI, 2003). Como descrito por Britto (2002):

hoje também já é consolidada a visão de que as práticas de capacitação e aprendizado resultam na intensificação do ritmo de introdução de inovações e ganhos de eficiência que reforçam a competitividade (BRITTO, 2002, p. 2).

A geração de novos conhecimentos e sua introdução e difusão no sistema produtivo são processos que conduzem ao surgimento de inovações, consideradas essenciais para o processo de desenvolvimento e competitividade (ALBAGLI, 2003).

4.3.5 Práticas Sociais

Com relação às práticas sociais foi explicitado aos empresários que seria qualquer prática considerada social, como doação e trabalho voluntário, entre outras. Os resultados estão demonstrados no Gráfico 6.

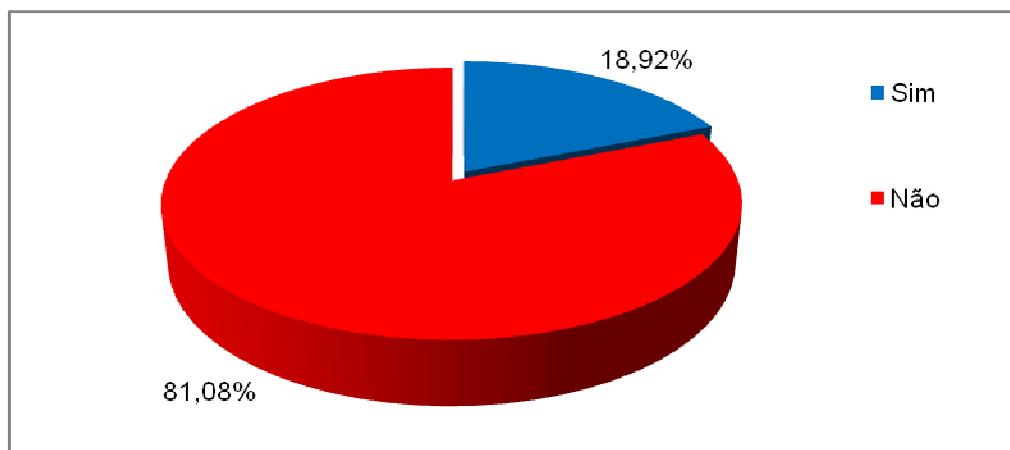


Gráfico 6 – Empresas que apoiam algumas atividades sociais

Observa-se, pelos dados do Gráfico 6, que a maioria, isto é, 81,08%, respondeu que não desenvolve nenhum tipo de prática social, e apenas 18,92% afirmaram que praticavam atividades sociais. Dentre essas práticas estão ajuda a igrejas e ao Lar São Francisco, entre outras instituições.

De acordo com a história do surgimento do Arranjo Produtivo verifica-se que o Arranjo em si é uma prática social, e que estava no seu bojo a inclusão social por meio da mobilização para o trabalho. Atualmente embora não tenha consciência desse fato, a contratação de pessoas com escassa experiência e promoção da capacitação desse colaborador na própria empresa se configura uma prática social, haja vista que levará um tempo para a empresa ter um retorno do trabalho desse indivíduo.

4.3.6 Políticas de Capacitação dos Funcionários

A política de capacitação dos funcionários é de essencial importância para a melhoria e o aumento da produção. As empresas questionadas, 43,24%, não oferecem nenhum tipo de capacitação aos funcionários; 32,43% capacitam seus funcionários com os cursos oferecidos pelo SEBRAE; e 18,92% se utilizam de cursos diversos para o aprimoramento do conhecimento dos seus colaboradores. Apenas 5,41% capacitam seus funcionários internamente, e os próprios empresários fazem essa capacitação, conforme ilustrado no Gráfico 7.

Verifica-se que nesse APL é predominante o conhecimento tácito, de acordo com Nonaka e Takeuchi (1997). O conhecimento tácito é o que deriva do aprendizado pela experimentação e é internalizado, é pessoal, de difícil verbalização ou codificação e provém do aprender fazendo, usando e interagindo (JONHSON; LUNDVALL, 2000).

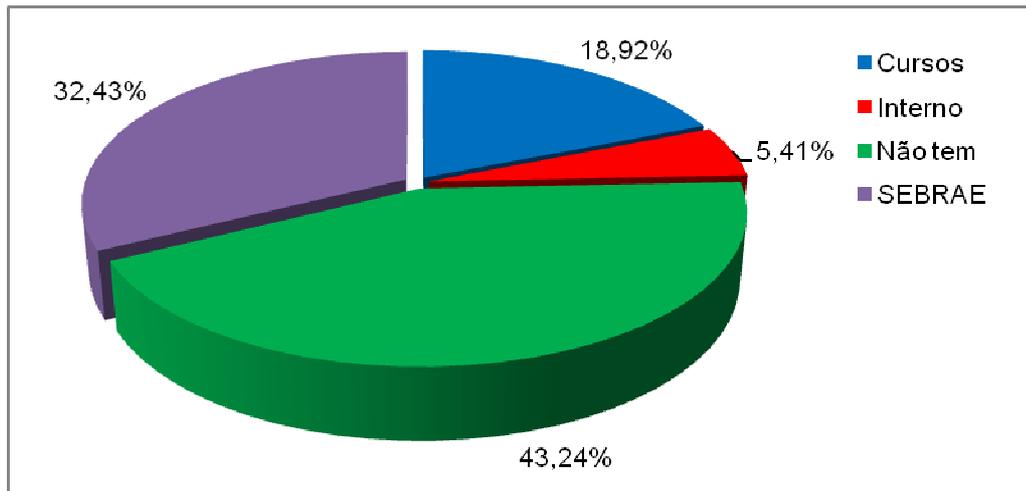


Gráfico 7 - Programa de capacitação dos funcionários

Já o conhecimento explícito é o conhecimento que pode ser documentado e é mais facilmente replicado. O processo de criação do conhecimento está na mobilização e conversão do conhecimento tácito (NONAKA; TAKEUCHI,1997).

Há um conhecimento estruturado e formalizado que pode ser manuseado em livros e manuais, já o conhecimento tácito é o implícito e incorporado no indivíduo, também presente em organizações e regiões: é impossível separá-los.

Na visão de Marshall (1982 *apud* SOUZA, 2005), o ensino técnico já era visto como um aspecto importante para o desenvolvimento tecnológico no interior dos APLs, facilitando a troca de experiências entre os diferentes atores dos Arranjos.

A transferência desse tipo de conhecimento só é possível com a experiência e demonstração, o que implica na necessidade de interação face a face entre os indivíduos e depende fundamentalmente da proximidade institucional entre quem possui o conhecimento e quem deseja adquiri-lo.

4.3.7 Origem da Matéria Prima Utilizada

A origem dos insumos das empresas tem uma relação direta com fatores como disponibilidade, preço, qualidade, e prazo de entrega. Em Imperatriz há fornecedores apenas para pequenas quantidades. As malharias que vendem a malha ou tecido ainda são muito poucas.

Há também falta de aviamentos em larga escala nos armarinhos e um número restrito de lojas especializadas em máquinas do setor. Por isso, a matéria prima utilizada na produção é proveniente de diversos estados brasileiros.

4.3.8 Certificação Ambiental e Destinação dos Resíduos

As ações nos Arranjos Produtivos devem estimular a criação de mecanismos endógenos de minimização dos impactos ambientais das atividades produtivas; a utilização de tecnologias ecologicamente sustentáveis; e o aproveitamento de subprodutos e resíduos. Verifica-se, no entanto, que nenhuma empresa tem certificação ambiental. A destinação dos resíduos se resume em doação, venda e lixo, como demonstrado no Gráfico 9

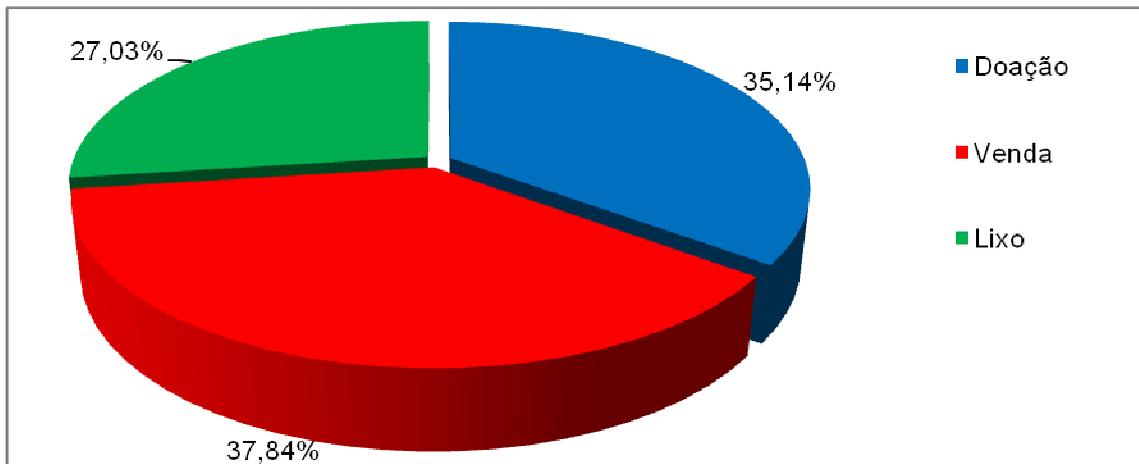


Gráfico 9 - Destinação dos resíduos

O Gráfico 9 demonstra que 37,84% vendem os resíduos da produção, retalhos e papéis; 35,14% fazem doações dos retalhos para pessoas que fabricam e comercializam tapetes; e 27,03% das empresas pesquisadas destinam os resíduos da produção ao lixo.

Vale ressaltar, com respeito à educação e conscientização ambiental, que é fundamental na atual conjuntura a promoção de campanhas, projetos e programas educativos voltados ao fortalecimento da educação ambiental e disseminação dos conhecimentos e intenções de proteção e preservação ambiental.

4.3.9 Tecnologia utilizada e Capacidade Produtiva

No que tange à tecnologia utilizada, o questionamento aos empresários é se consideram a tecnologia que utilizam na produção atualizada, se utilizam o melhor do mercado. Os resultados estão apresentados no Gráfico10.

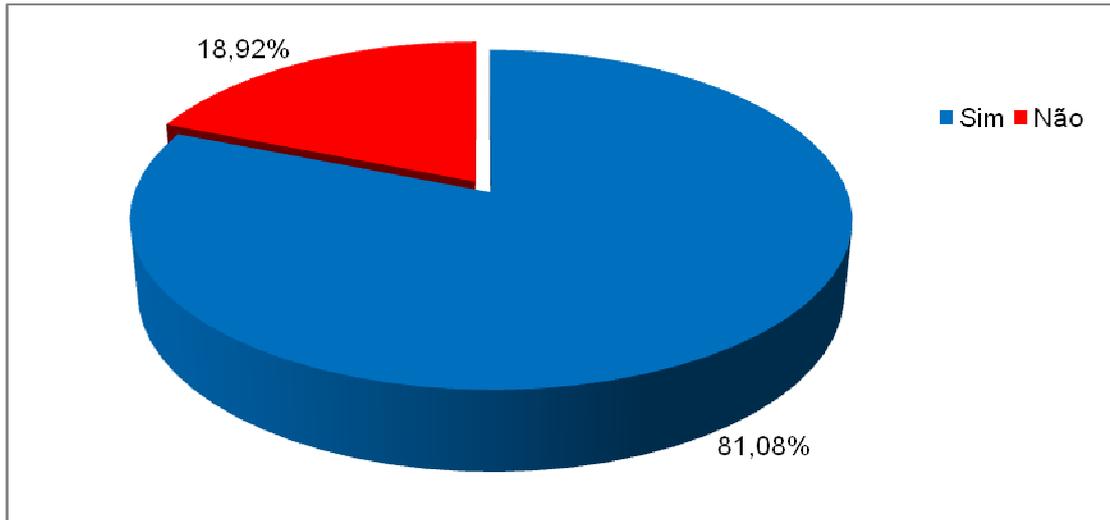


Gráfico 10 – Nível de atualização tecnológica

Observa-se, pelo Gráfico 10, que um total de 81,08% considera que as máquinas e equipamentos utilizados na produção são atuais, e 18,92% não consideram a tecnologia utilizada atualizada, estão com uma tecnologia aquém do mercado.

Convém ressaltar que essa percepção dos gestores é baseada no conhecimento que possuem sobre as tecnologias existentes no mercado, considera-se o conhecimento que eles têm sobre as novas tecnologias.

De acordo com a tecnologia utilizada e a quantidade de maquinário e mão de obra disponível foi questionada, aos empresários, a capacidade produtiva da empresa em termos de faturamento, referente à quantidade de peças produzidas por mês, multiplicada pelo preço de venda.

O Gráfico 11 apresenta a capacidade produtiva do setor.

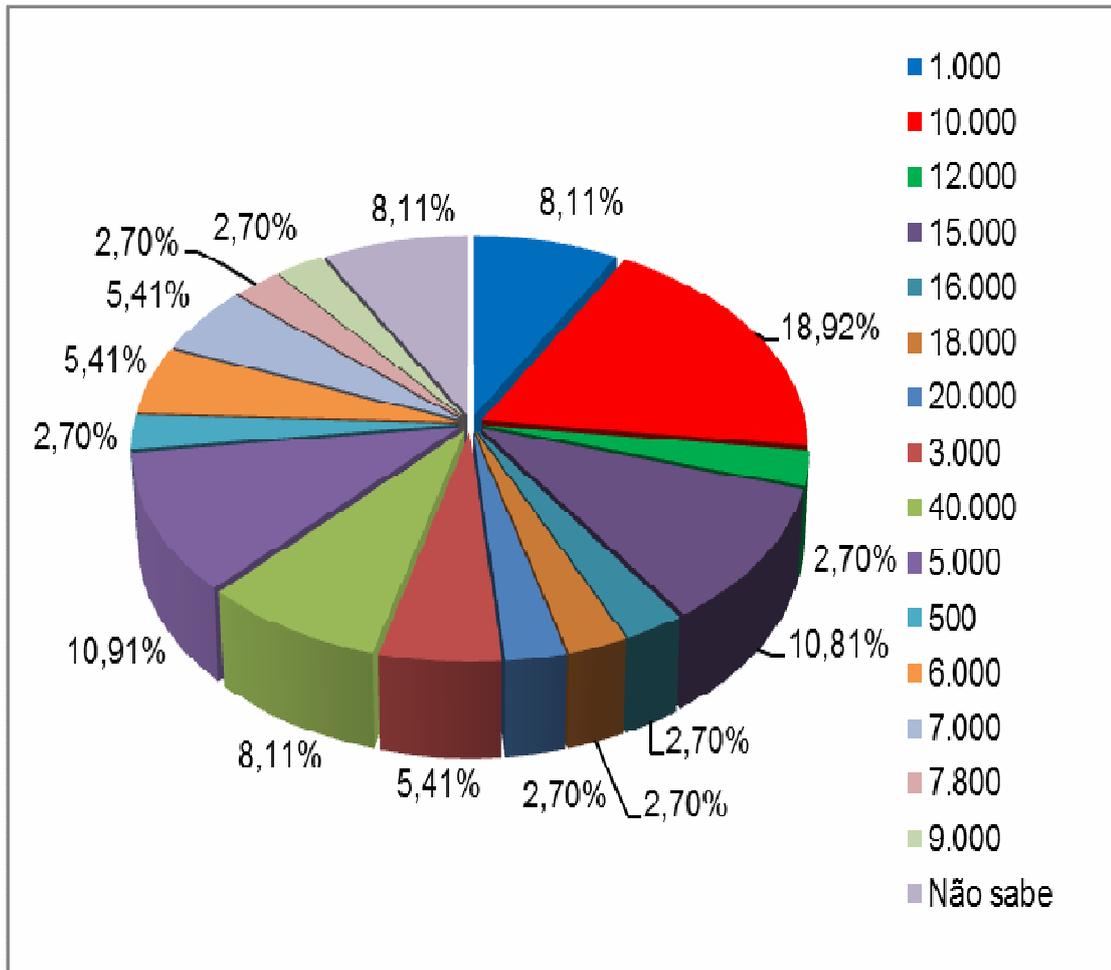


Gráfico 11 - Capacidade produtiva do setor

Observa-se, pelo Gráfico 11, que 18,90% responderam que a capacidade produtiva da empresa está em torno de R\$ 10 mil mês; 8,11% faturam cerca de R\$ 20 mil; e 8,11% dos entrevistados não tinham conhecimento do seu faturamento.

Embora seja o menor percentual, é um dado significativo saber que há no APL empresas que não têm controle financeiro, requisito indispensável para o crescimento de qualquer empresa.

4.3.10 Principais Artigos Produzidos e sua Comercialização

Há uma variedade no que tange à diversificação de produtos produzidos, tais como: camisetas, uniformes esportivos, escolares e profissionais, peças íntimas, boné, bolsas e abadas, como se verifica no Gráfico 12.

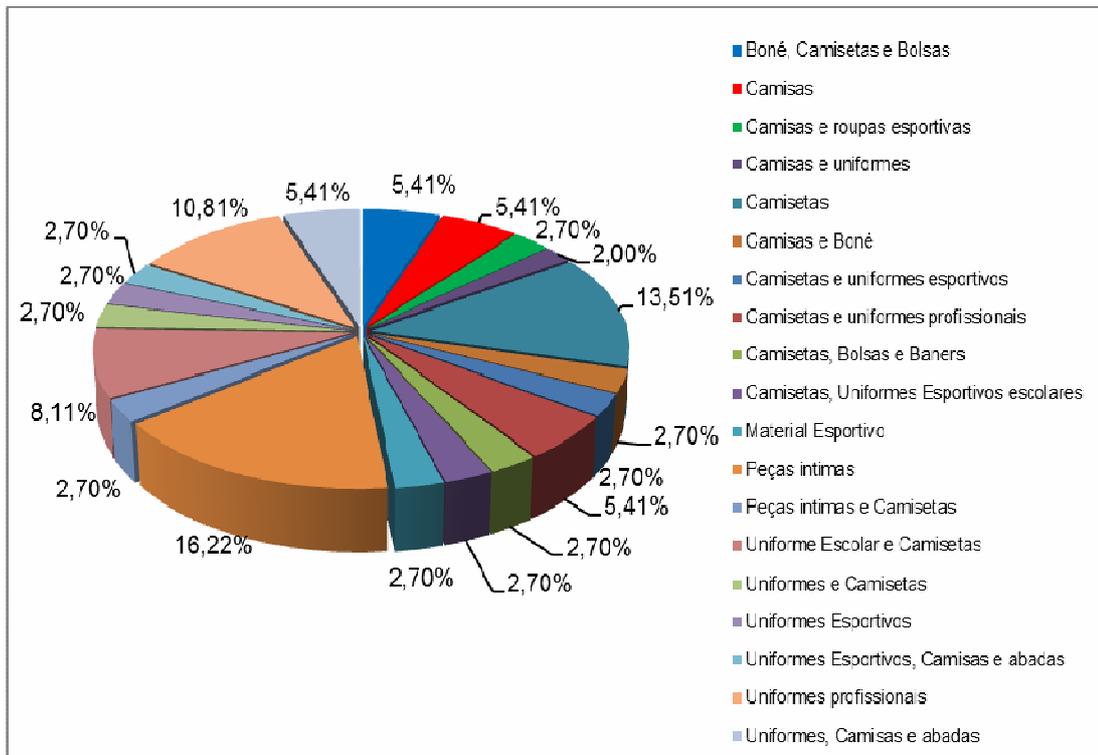


Gráfico 12 - Principais produtos produzidos

A comercialização desses produtos ocorre no comércio local e no interestadual, conforme demonstrado no Gráfico 13.

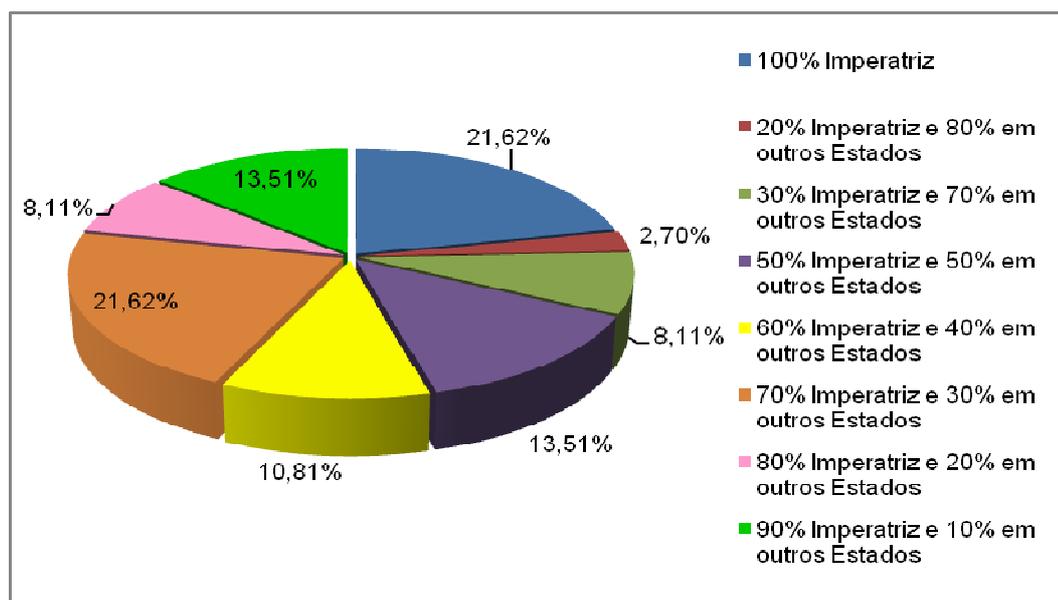


Gráfico 13 - Comercialização áreas dos produtos

Verifica-se que 21,62% das empresas pesquisadas comercializam seus produtos somente em Imperatriz; 21,62% comercializam 20% dos produtos em Imperatriz; e 80% a comercialização é interestadual.

4.3.11 Mecanismo na Formação de Preços

O mecanismo na formação de preços tem grande importância no contexto organizacional, por ser o único elemento dos componentes de *marketing* que produz receita, assim, a decisão sobre o preço é considerada como o problema operacional mais importante da empresa.

O preço deverá cobrir os custos e obter um lucro aceitável, por isso "não deverá ficar entre baixo demais para produzir lucros e alto demais para gerar qualquer demanda", ou seja, não deverá ser baixo, pois não cobrindo os custos, não há continuidade da empresa, e não pode ser alto, pois não terá demanda pelos consumidores (KOTLER; ARMSTRONG, 1995, p. 243).

O Gráfico 14 demonstra a formação de preço das empresas pesquisadas. Dentre elas, 72,97% formam o preço de acordo com o percentual sobre os custos; 21,62 % acompanham o mercado; 2,70% utilizam um sistema de formação de preços; e 2,7% se utilizam de outros critérios para a formação do preço de venda.

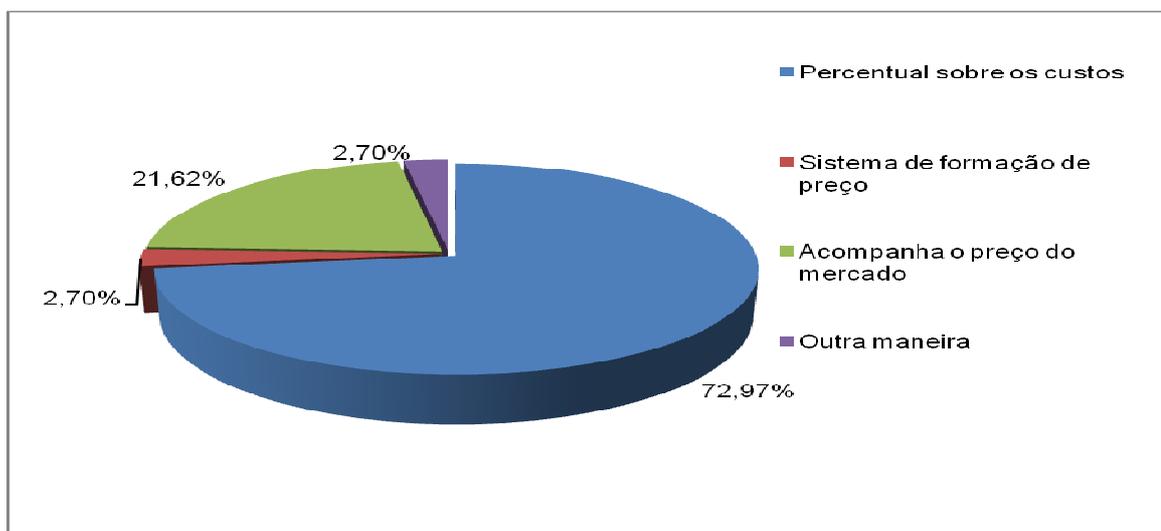


Gráfico 14 – Mecanismo formação do preço

Observou-se falta de organização da maioria das empresas pesquisadas com relação ao histórico e evolução do faturamento. Algumas não têm nem mesmo os controles financeiros básicos, elementos indispensáveis para a atuação e tomada de decisão.

4.3.12 Meios de Pagamentos Oferecidos e Quantidade de Clientes

Com relação ao conhecimento da quantidade de clientes que são atendidos por mês, observa-se, de acordo com o Quadro 5, que 27 empresas não possuem esse conhecimento. Esse fato é motivado por causa da sazonalidade dos clientes.

Quantidades de Clientes	Meios de pagamento oferecidos aos clientes			Total
	Cheque pré-datado	Cartão de Débito	Carnê (Crediário Próprio)	
10	1	0	0	1
100	1	0	0	1
20	1	0	1	2
4	1	0	0	1
40	0	1	0	1
45	0	0	1	1
500	1	0	0	1
70	1	0	0	1
8	1	0	0	1
Não Sabe	20	5	1	27

Quadro 5 - Quantidade de clientes meios de pagamento oferecidos aos clientes

As empresas disponibilizam aos clientes, além do pagamento à vista, uma diversidade de meios de pagamento, como cheque pré-datado, cartão de débito e crediário próprio.

4.2.13 Relação Empresa, Instituições de Ensino, e Atores Locais

Asseveram Cassiolato e Lastres (2003), que os Arranjos Produtivos têm em seu bojo diversas instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

No APL pesquisado, entretanto, não há parcerias com institutos de pesquisa e universidades. As empresas desse Arranjo não têm parcerias com entidades de ensino e pesquisa externas. Embora haja entidades no Município de Imperatriz, tais

como o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), as indústrias têxteis não utilizam os serviços do SENAI e nem do SENAC de forma organizada e em conjunto.

Percebe-se que são poucas as representações específicas para esse setor que apoiam o Arranjo. Apesar de o Município já ser considerado um polo educacional, não há nenhuma instituição de ensino e pesquisa que dê suporte ao Arranjo Produtivo, seja na pesquisa, ensino ou extensão.

Com o intuito de obtenção de informações e para a formação de mão de obra não há uma organização entre as empresas na busca de parcerias, tanto entre elas e nem entre elas e as universidades, as entidades de classe e o setor público, parcerias essas que podem contribuir para o aumento da competitividade das empresas locais e criar significativas vantagens para o setor produtivo local.

Já com o SEBRAE há um projeto de parceria, que tem a duração de três anos. Por meio do Projeto há um acompanhamento em todas as áreas das empresas participantes. Em relação às metas a serem cumpridas, as ações do SEBRAE podem ser resumidas em ofertas de cursos, incentivo à participação de feiras e eventos do ramo, visitas técnicas e consultorias coletivas. É indispensável, para o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos, o conhecimento disseminado desse ator do conhecimento.

Carvalho e Kroeff (2005) destacam a relevância do papel da informação na forma do sucesso dos APLs, integrando o *mix* informacional, a existência de infraestrutura educacional, disponibilidade de serviços de informação, e grau de interação tácita ao grau de territorialização estabelecido por Cassiolato e Szapiro (2003). Para que haja um desenvolvimento do Arranjo Produtivo é preciso haver parcerias, tanto pública quando privada, e disseminação de conhecimento de forma conjunta.

Percebe-se, diante dos resultados, que o Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis em Imperatriz configura-se como um Arranjo incipiente, geográfico, casual, de empresas com ocasionais elos interfirmas, escassa experiência de cooperação e instituições locais fracamente desenvolvidas.

Normalmente, a formação dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais é associada à trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais, a partir de uma base social, cultural, política e econômica .

Os APLs são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas, tanto públicas como privadas, é fundamental para contribuir, fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Foi o que ocorreu no Arranjo de confecções de Imperatriz. Houve na trajetória histórica a formação de vínculos, a partir de uma base cultural que norteava o projeto, porém esses vínculos foram se perdendo no crescimento do Arranjo, por diversos fatores. Embora hoje exista uma base econômica pujante e favorável ao crescimento, o APL não dispõe de todas as vantagens que um aglomerado de empresas pode ter.

Verificou-se que há de fato uma aglomeração de indústrias têxteis composta por micro e pequenas empresas, mas não há interesse em uma mobilização para o desenvolvimento desse Arranjo Produtivo. Há poucas empresas interessadas em desenvolver ações coletivas, embora a maioria possua uma infraestrutura compatível com a proposta de produção.

Podem-se conceituar as indústrias têxteis como um agrupamento de modelo tradicional de crescimento, formado por pequenas e médias empresas que normalmente convivem com algumas grandes empresas, mas com pouco relacionamento entre elas. Apesar de agregar algum valor aos produtos e ocuparem posições importantes no mercado, são desprovidas de estratégias sustentáveis de crescimento.

De acordo com Andrade (1987), para os APLs serem considerados polos de crescimento deverá haver uma interação entre os atores econômicos do processo, já que são capazes de influenciar uma região, pois as empresas participantes tornam-se competitivas, aumentando sua produção, gerando emprego e renda. Consequentemente outros setores serão beneficiados.

Baseado na classificação de Campolina, Lemos (2005, p.190) afirma que o APL de indústrias têxteis de Imperatriz é uma aglomeração produtiva informal, pois é composta por PMES com baixo nível tecnológico; capacidade de gestão precária; mão de obra com baixo nível de qualificação; e ausência de um sistema contínuo de aprendizado.

4.3.14 Políticas de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais

Em 2003 foi criado no Estado do Maranhão o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável. No seu bojo estavam inseridas as concepções, metas, estratégias, políticas macrossetoriais necessárias para o alcance dos resultados pretendidos. Foram então definidas várias estratégias que privilegiassem uma forma sistêmica de atuação (SEPLAN, 2012):

- ampliar a competitividade sistêmica, principalmente através da redução de custos específicos do Maranhão (formato institucional, burocracia, entre outros);
- alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico por meio de mudanças quantitativas e qualitativas no sistema produtivo local; e
- promover a transformação social no Estado, pela ampliação dos padrões de dignidade dos indivíduos.

O plano plurianual 2008-2011 do Estado do Maranhão teve diretrizes e estratégias governamentais em parceria com o SEBRAE, que apoiou 21 Arranjos Produtivos Locais com recursos oriundos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza (FUMACOP). As ações se subdividiam em três eixos fundamentais: a) eixo de base econômica, como os APLs; b) eixo de base tecnológica, como as incubadoras de empresas; e c) eixo de base social, a transferência de renda.

O GTA-APL atua nos Arranjos Produtivos identificados em todo o País, levando em conta alguns critérios preestabelecidos: número de instituições atuantes; abrangência territorial; e diversidade setorial. Inicialmente o GTA-APL e o MDIC trabalharam com 11 Arranjos Produtivos, já em 2005 esse número foi para 900.

Com o intuito de priorizar as ações sobre APLs foi solicitado às instituições parceiras dos Estados que indicassem cinco Arranjos por unidade de federação que estariam sendo apoiados. O critério seria o maior número de indicações, e no caso do Maranhão foram priorizados pelo GTA-APL os seguintes APLs:

- APL de Cachaça de São João dos Patos;
- APL de Confeção de Imperatriz;
- APL de Ovinocaprinocultura de Chapadinha;
- APL de Piscicultura de Pinheiro; e
- APL de Babaçu de Pedreiras.

No Município de Imperatriz, os Arranjos Produtivos Locais recebem apoios diversos, conforme mostra a Tabela 9:

Tabela 9 – Instituições de apoio aos APLs no Município de Imperatriz – MA

Imperatriz	
Nome do APL	Instituições Apoiadoras
Madeira e Móveis	Basa, BB SEPLAN SEBRAE
Leite e Derivados	Basa BNB Embrapa INAGRO SEBRAE
Confecções	SEBRAE SEPLAN
Bonovicultura de Leite	BNB

Fonte: Adaptada de SEPLAN (2010)

Percebe-se que o Arranjo Produtivo de confecções no Município de Imperatriz é apoiado apenas pelo SEBRAE e pelo SEPLAN. Esse apoio apresentado na Tabela 9 contraria o relatos dos empresários, pois afirmam que o APL somente é efetivamente contemplado pelo SEBRAE, e as empresas tem que dar uma contrapartida em valores para serem inseridas no Projeto das Indústrias de Confecção.

Não há interação do setor produtivo com o setor público municipal, estadual ou federal especificamente para esse Arranjo. O que existe são linhas de crédito e de financiamento destinados ao setor industrial de forma ampla, ou seja, destinado a qualquer setor industrial.

Castro (2009) disserta sobre a importância da intervenção estatal no desenvolvimento dos aglomerados, principalmente quando estiverem situados em uma região desarticulada. Nesse sentido, a presença do Estado é importante, seja na facilitação, promoção, indução ou mesmo na coordenação do desenvolvimento desses aglomerados.

Conforme já mencionado, na origem do Arranjo Produtivo o setor público estava presente e sua atuação foi imprescindível para o início das atividades e crescimento desse APL. No decorrer dos anos a sua atuação foi paulatinamente desaparecendo, deixando de cumprir o seu papel de indutor de crescimento.

No momento em que o Estado deixou de agir de forma incisiva, de ser a governança necessária, o APL estagnou. É inócuo se restringir ao estabelecimento de políticas macrossetoriais ineficazes, na prática e de fato, pois o Arranjo não é atingido.

Embora o Estado tenha em seu bojo a ampliação da competitividade sistêmica e o alcance de maiores níveis de desenvolvimento econômico por meio de mudanças quantitativas e qualitativas no sistema produtivo local, é incompreensível a sua ausência no Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis do Município de Imperatriz, pois o mais difícil já foi realizado, que foi a germinação do APL, embora o apoio para o seu crescimento não está sendo alcançado pelo setor público.

Se o setor público, que conhece as vantagens dos Arranjos Produtivos, não apenas para as empresas, mas para a Região, não se posiciona de forma efetiva, é indevido julgar a falta de interesses dos empresários que não se empenham em partilhar informações, e tecnologia. Esse comportamento é justificado pelo fato de não possuírem o conhecimento da pujança que um APL pode ter, o que não se justifica é essa indiferença do Estado.

Cabem algumas proposições, talvez apenas a presença do Sistema S, que é composto por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tendo por objetivo a promoção da qualificação por meio de uma boa educação profissional. O Estado se dá por satisfeito, merece o destaque que não são públicas, apenas recebem subsídios do governo, e a atuação do SESI, SEBRAE, SENAI é importante, mas não substitui as ações do setor público.

O Estado, pelo fato de ter apoiado o momento de criação do APL, se exime da obrigação de dar continuidade, compartilhando a responsabilidade do crescimento com outros atores do Arranjo Produtivo.

4.3.15 Mecanismos de Governança

São necessários mecanismos de governança com canais, pessoas físicas ou organizações apropriadas para liderar e organizar atores em prol de objetivos comuns nas atividades; distribuir as ações dos diferentes atores para o cumprimento de objetivos comuns; agenciar os processos decisórios locais; promover processos de geração, e disseminação e uso de conhecimentos.

O órgão de representação e interlocução das empresas no local é o SINDICORT, que faz a interação entre os agentes, as articulações entre os agentes locais, os estaduais e federais, sejam públicos ou privados. Todo processo se dá por meio da representação do Sindicato.

Esses mecanismos devem ser executados pelo SINDICORTE e pelo SEBRAE pela facilidade de acesso que esses órgãos têm com os empresários e pela credibilidade dada à imparcialidade de sua atuação.

Para a eficácia do APL são necessárias também a autoconfiança dos empresários e a confiança nas instituições intra-empresas; entre as instituições locais, e entre as empresas. Para o alcance dessa confiança é necessário ter ciência da importância do elo entre as empresas do mesmo segmento e as empresas correlatas, só assim poderão ter uma nova percepção, não a de concorrentes, mas de parceiras fundamentais para o seu crescimento. É preciso mostrar-lhes os tipos e exemplos de parcerias que deram certo.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), nos APLs há vários atores que se destacam. Entre os principais estão:

- a) os atores econômicos: clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes, ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos;
- b) atores do conhecimento: consultores; universidades e institutos de pesquisa;
- c) atores de regulação: órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis; e
- d) atores sociais: sindicatos, associações empresariais organizações de suporte e organizações do chamado Terceiro Setor, dentre outros.

Há no Arranjo Produtivo das indústrias têxteis de Imperatriz todos os atores mencionados, embora a atuação de alguns seja meramente figurativa, como, por exemplo, os atores do conhecimento e regulação.

4.3.16 Proximidade Geográfica e as Vantagens do Arranjo Produtivo

O Arranjo Produtivo das indústrias têxteis compreende um recorte do espaço geográfico do Município de Imperatriz. A maioria das indústrias está concentrada no centro de Imperatriz, precisamente no centro comunitário Produzir para Libertar.

Para Santos, Diniz e Barbosa (2004), as vantagens competitivas locais podem ser passivas e ativas. Verifica-se que dentre as vantagens passivas somente há a vantagem de urbanização, infraestrutura, e disponibilidade de pessoal especializado. Já as vantagens ativas, que são obtidas com o acúmulo e intercâmbio de conhecimento tácito, a criação de relações de confiança, a cooperação e a diminuição dos custos de transação, não se percebem no Arranjo.

4.3.17 Relação entre as Expectativas com Criação do Arranjo Produtivo e os Resultados obtidos

As expectativas com a implantação do projeto 'Movimento produzir para Libertar', para os idealizadores, era de promover uma modificação econômica e social dos participantes, e que pudesse ter uma extensão em que outras pessoas não ligadas diretamente ao projeto pudessem ser beneficiadas.

Durante dez anos realmente houve uma modificação, não apenas econômica e social, mas também uma mudança da visão cultural. Pessoas sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, sem as qualificações exigidas para atuar, perceberam-se produtivas, contribuindo para a manutenção de suas famílias. Houve um impacto significativo.

Por meio dos resultados obtidos verifica-se que essa expectativa modificou. Atualmente não se percebe a pujança de outrora, não se observa o impacto desse Projeto em razão da evolução econômica e social do Município, além disso, a falta de parcerias e apoio torna-se as expectativas mais ínfimas.

4.3.18 Classificação do Arranjo Produtivo Local das Indústrias Têxteis de Imperatriz- MA

O Quadro 6 apresenta a classificação do Arranjo Produtivo das Indústrias Têxteis de Imperatriz baseada na tipologia dos APLs, versada por (PIETROBELLI, 2003), e as características inerentes aos APLs de acordo com Lastres e Cassiolato (2003)

Tipo	
geográfico (casual) de empresas: com ocasionais elos interfirmas, nenhuma ou escassa experiência de cooperação, e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas;	
Dimensão territorial	Especialização produtiva
Há um recorte do espaço geográfico em Imperatriz-MA, em que estão concentradas as indústrias têxteis.	Verifica-se o conhecimento das pessoas sobre a atividade econômica principal;
Conhecimento tácito	Inovação e aprendizado interativos
A disseminação do conhecimento nas empresas participantes do APL é de forma tácita, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos,.	Não verifica-se o aprendizado interativo Há uma considerada capacitação inovativa em que pese de forma individual e não coletivamente
Governança	Grau de enraizamento
A governança é feita pelo SINDICORT, embora existam poucas ações em prol do APL, e a participação das empresas nas ações do sindicato são pequenas	Existe poucas articulações e é ínfimo o envolvimento dos diferentes agentes

Quadro 6 – Classificação e principais características do APL

Embora haja um recorte no espaço geográfico do Município de Imperatriz, onde se localizam as indústrias têxteis, o APL é classificado como geográfico, casual, a disseminação do conhecimento é feito de forma tácito, há poucas articulações, não verifica-se aprendizado coletivo

A seguir seguem as considerações finais, que retomam os objetivos, para a verificação do seu alcance, e as sugestões para as próximas pesquisas referentes ao objeto de estudo em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arranjos Produtivos Locais podem acontecer de forma induzida ou natural, mas para que haja o seu desenvolvimento necessitam de apoio. São notórias as vantagens que esses Arranjos trazem para as empresas participantes, como fonte geradora de vantagens competitivas, de aprendizagem coletiva, cooperação e inovação.

Com os APLs há diminuição do risco para as empresas e para os trabalhadores, tudo isso gerado pelo aproveitamento das sinergias. O todo é maior que as partes: sozinhas as empresas participantes, por mais que se esforcem, terão menores chances de sucesso. Entre outras vantagens, os APLs geram economia de escala e melhoram a especialização produtiva, o que estimula e contribui para o desenvolvimento regional.

Para tanto, é necessário o envolvimento e a sintonia das organizações de apoio, o que não é tarefa simples para a geração de um cenário positivo dentro do escopo abordado. Para que ocorram todos os benefícios que os Arranjos Produtivos podem oferecer é necessário que haja apoio tanto público como privado, que estimule a cooperação, o aprendizado e a inovação. Esses aspectos são fundamentais para gerar o desenvolvimento econômico local, por propiciar emprego, renda e progresso tecnológico.

A endogenia é útil e vista como força propulsora no desenvolvimento regional, no Município de Imperatriz, apesar de sua potencialidade econômica, a atual lógica econômica impõe uma estrutura que tem mantido apenas a sua condição de entreposto comercial, o que não garante a sustentabilidade da sua condição de cidade hegemônica regional.

A região dotada de Arranjos Produtivos estrategicamente direcionados para desenvolvê-la internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Com o APL há um aperfeiçoamento da atividade produtiva que é inerente à Região, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto sociais, e interatividade entre as pessoas. Percebe-se, primeiramente, a especialização e a vantagem econômica de certa produção, e posteriormente as vantagens desse aglomerado. Há um despertar entre os atores em prol das vantagens geradas e as possíveis

vantagens que possam ocorrer mediante as ações implementadas.

A partir disso ocorrem os investimentos em pesquisa, desenvolvimento, capital, capacitação da mão de obra, e consultorias para a diminuição de custos, entre outras ações que possam garantir o crescimento e o desenvolvimento do aglomerado, ocasionando o aumento de emprego e renda, a inclusão social, qualificação de pessoas, e aumento da arrecadação para o Município.

As palavras chaves, quando se mencionam Arranjos Produtivos Locais, são cooperação e inovação. As empresas deixam de perceber as outras empresas como concorrentes e passam a vê-las como cooperadas na troca de experiência, no desenvolvimento da inovação, expansão e modernização da base produtiva, ocasionando as vantagens competitivas com o incremento do capital social oriundo da integração dos atores locais.

Nesse contexto, os projetos públicos são decisivos para o aproveitamento dos elementos endógenos elencados na Região para, a partir disso, promover o desenvolvimento, assim como o bom aproveitamento das potencialidades exclusivas do Município, para haver um desenvolvimento econômico e social, com redução das desigualdades sociais e regionais.

Com essa pesquisa foi possível diagnosticar o Arranjo Produtivo Local das indústrias têxteis do Município de Imperatriz, no Estado do Maranhão. Observa-se que se caracteriza como um Arranjo Produtivo Incipiente, por não haver atividades de cooperação entre as empresas. A proximidade geográfica não foi utilizada para competir e cooperar, com isso não são aproveitadas todas as vantagens que um aglomerado pode gerar.

Como esse é o primeiro estudo referente ao APL no Município, espera-se que seja utilizado como fonte de pesquisa e complementado com estudos que verifiquem se o APL possibilita o desenvolvimento da Região e/ou a inclusão social da população, traçando, até mesmo, um comparativo com outros Arranjos Produtivos das indústrias têxteis do Brasil, analisando as diferenças e semelhanças.

REFERÊNCIAS

- AUN, M. P.; CARVALHO, A. M. A; KROEFF; R. L. **Arranjos produtivos locais e sustentabilidade**: políticas públicas promotoras de desenvolvimento regional e da inclusão social. Alcance UNIVALI, [s.l.], v.12, n.3, p.317-333, set.-dez./2005.
- ARRUDA, M. **Acesso das micro e pequenas empresas ao crédito**: arranjos produtivos locais. São Paulo: Mimeo, 2004.
- AMATO NETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo: Atlas, 2000.
- AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional**. *In*: Anais da ANPEC, XXVII Encontro Nacional da Anpec. Belém, dez./1999.
- ALBUQUERQUE, A. F. **Gestão estratégica das informações internas na pequena empresa**: estudo comparativo de casos em empresas do setor de serviços (hoteleiro) da Região de Brotas – SP. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004. Disponível em: <<http://www.ufs.eesc.br>>. Acesso em: 20/01/2005. Horário: 09h13min.
- ALBAGLI, S.; BRITO, J. (org.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. São Paulo: Redesist, 2002.
- ALBAGLI, S. **Informação, territorialização e inteligência local**. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARROS, E. M. M. **Imperatriz**: memória e registro. Imperatriz: Ética, 1996.
- BARBOSA, K. E; DINIZ, J. E; SANTOS, G. A. G. **Aglomeraciones, Arranjos Produtivos e Vantagens Competitivas Locacionais**.: Revista do BNDES Rio de Janeiro, 2004.
- BOTELHO, M. R. **Distritos industriais e política industrial**: notas sobre tendências recentes. Ensaio FEE v.19, n.1, Porto Alegre, 1998.
- BOUDEVILLE, J. R. **Os Espaços Econômicos**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. Ed. Difusão Europeia . São Paulo, 1973.

BRITO, J. **Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas: uma sistematização de conceitos e evidências empíricas.** Niterói: UFF, 2002.

CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns Aspectos de Política Económica Regional. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, 2000. p.103-136. Disponível em: <
http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf> Acesso em: 20 de Agost de 2012.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas.** *In*: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (orgs.). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** *In*: LASTRES; J. E.; CASSIOLATO, M. L. Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003a.

CASTRO, L. H. **Arranjo produtivo local.** Brasília: SEBRAE, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento Regional.** São Paulo, Atlas, 2000.

COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.** Brasília: Mais Gráfica, 2010.

CUNHA, I. J. **Modelo para classificação e caracterização de aglomerados.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Setembro de 2002.

CROCCO, M. A. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos.** (Texto para discussão n. 191). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

DINIZ, C. C.; CROCO, M. A. **Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira.** Nova Economia, Belo Horizonte, 2006.

DINIZ, C. C.; LEMOS, B. M. **Economia e Território:** ed. UFMG, Belo Horizonte, 2005.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993.

FRANKLIN, A. **História econômica de imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO (FIEMA). **Mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.fiema.org.br/>>. Acesso em: 1/11/2011. Horário: 09h08min.

FERREIRA, J. **Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial**. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-21

GAROFOLI, G. **O exemplo italiano**. Ensaios FEE. v.14, n.1, Porto Alegre, 1993.

GREMAUD, A.P. **Economia brasileira contemporânea: para cursos de economia e administração**, São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE (GTP). **Arranjos produtivos**. Disponível em:<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=2985>>. Acesso em: 1/10/2011. Horário: 09h23min.

HADDAD, R. P. **Clusters e desenvolvimento regional no Brasil**. *In*: Revista Brasileira de Competitividade do Instituto Metas. Belo Horizonte, ano 1, n. 2, ag.-nov./2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades.htm>>. Acesso em: 25/11/2011. Horário: 12h13min.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização estrutural dos arranjos produtivos locais no Brasil**. SUZIGAN,W: Unicamp,out/2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites> Acesso em : 19/07/2012. Horário 13h 10 min.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES); SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte: nota técnica**. Curitiba: IPRADES, 2006.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Sistemas e arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial etecnológica** . Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995. 243 p.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. **Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado**. *In*: LASTRES, H. M. M; ALBAGLI, S. (orgs.). **informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MACHADO, S. **Dinâmica dos arranjos produtivos locais**: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, R. M.; CAMPOS, V. C. **Guia prático para pesquisa científica**. Rondonópolis: Unir, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Arranjos produtivos e as políticas públicas**. <<http://www.mdic.com.br>>. Acesso em: 20/08/2012. Horário: 14h09min.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (CAGED). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados** <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: 08/10/2012. Horário: 10h00min.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 2001.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2001.

PIETROBELLI, C. **A evolução de regimes tecnológicos dos distritos industriais**: Itália e Taiwan. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PRADO, E. F. S. **Uma formalização da mão invisível**. *In*: Estudos Econômicos. vol. 36 n.1. São Paulo, jan.-mar./2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **A cidade de Imperatriz**. Disponível em: <<http://www.imperatriz.gov.br/>>. Acesso em: 22 de Nov.de 2011.

ROMÃO, W. M. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Tempo soc. vol. 21 n.1. São Paulo, 2009.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz**: 150 anos. Imperatriz-MA: Instituto de Imperatriz, 2003.

SCHMITZ, Hubert. **Eficiência coletiva**: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. Ensaios FEE. v.18, n.2, Porto Alegre, 1997.

SUZIGAN, W. **Caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Campinas: Unicamp, out./2006. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/sites>>. Acesso em: 19/07/2012. Horário 13h10min.

SUZIGAN, W., GARCIA, R., FURTADO, J.; Governança de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATAO, J. C.; MACIEL, M. L. (Orgs). Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: editora Relume Dumará, 2003, p. 67 – 83

SENGENBERGER, W.; PIKE, F. **Distritos industriais e recuperação econômica local**: questões de pesquisa e política. *In*: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (org.). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K.; SANTOS, B. G. **Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional**. *In*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/apl.pdf>>. Acesso em: 02/07/2012. Horário: 19h06min.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). **Arranjos produtivos**. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/>>. Acesso em: 09/07/2012. Horário: 13h09min.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2005.

SOUSA, E.; ASSUNÇÃO, T. **Perfil da cidade de Imperatriz-Maranhão**. socioeconomia, história, geografia, demografia, gestão empresarial. Imperatriz, 2011.

SOUZA, N. J. **Economia regional: conceito e fundamentos teóricos**. 2005.
Disponível em: <http://www.nalijsouza.web.br.com/teoria_econ_reg.pdf>. Acesso em:
09/01/2012. Horário: 12h03min.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2012.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

Empresa: _____

I - Caracterização do empreendimento:

- 1- A Empresa possui algum tipo de registro oficial? Está legalizada?
 Sim Não
- 2 – Se sim, como ela foi registrada como:
 A. microempresa;
 B. empresa de pequeno porte; ou
 C. empresa.
- 3 – A empresa é constituída sob a forma de:
 A. Sociedade Limitada (Familiar);
 B. Sociedade em Comandita Simples;
 C. Sociedade em Nome Coletivo; ou
 D. Sociedade Anônima.
- 4 – O tipo de tributação da empresa é:
 A. Simples Nacional;
 B. Lucro Presumido; ou
 C. Lucro Real.
- 5 – Há quanto tempo a empresa atua no mercado?
 A. De 0 a 5 anos.
 B. De 6 a 10 anos.
 C. Acima de 10 anos.

6 - Ano de fundação _____

7 – Número de Funcionários _____

8- Evolução do Número de funcionários

Período de Tempo	Número de Funcionários
Ao final do primeiro ano de criação	
Ao final do ano de 2011	

- 9- Qual é o regime de trabalho dos funcionários?
 Contratados via CLT.
 Prestadores de Serviço.
 Trabalhadores autônomos.
 Diaristas.
 Temporários.
 Outros.

10- A empresa já esteve envolvida em atividades cooperativas com outras empresas?
 Sim Não

11 – A empresa possui quantos departamentos? Quais são eles?

12- A empresa pratica ou apoia algum tipo de atividade social?
 Não Sim, qual? _____

13- Há um programa de capacitação dos funcionários?
 Não Sim, qual? _____

14- Com esse programa aumentou a produção?
 Não Sim

15- Como a empresa está inserida na comunidade local? Quais são as atividades desenvolvidas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores?

16- De onde é proveniente a matéria-prima? _____

17- Como a empresa escolhe os seus fornecedores? _____

18- Há algum acompanhamento nas etapas de produção da matéria-prima?
 Não Sim, qual? _____

19- A empresa possui certificação ambiental? Não Sim, qual?

20- Há algum projeto de recuperação ambiental da empresa junto aos fornecedores de matéria-prima?
 Não Sim, qual? _____

21- A tecnologia que a empresa utiliza é considerada atualizada?
 Sim Não

22- Qual a destinação dos resíduos da produção? Existe algum tipo de tratamento?

23. De acordo com a tecnologia, qual a capacidade produtiva da empresa?

24- Quais os principais artigos produzidos? _____

25- Onde ocorre a comercialização dos produtos:

Comércio Local: _____% (Região de Imperatriz)

Comércio Interestadual: _____%

Outros _____

26- Qual o faturamento nominal da empresa? _____

Evolução da Empresa – Faturamento Nominal					
1990	1995	2000	2002	2006	2010

27- Recebe alguns incentivos fiscais? Sim () Não ()

28- Quais os principais canais de comercialização adotados pela empresa?

II – Política de Preços

29. Qual mecanismo na formação do preço?

- () Percentual sobre os custos () Acompanha o preço do mercado
 () Sistema de formação de preço () Outra maneira

30. A empresa revisa regularmente seus preços para tomar decisão se deve aumentá-los ou mantê-los? () Sim () Não

31 Na definição dos preços, a cada vez que vão aumentar o que é levado em consideração?

- () Preços dos concorrentes.
 () Inflação geral.
 () Custo da empresa.
 () Poder de compra dos consumidores.
 () Diferenciais de qualidade.
 () Outros. _____

32. Há uma política definida para descontos? () Não () Sim

I – Perfil dos Clientes

33. Quantos clientes atende por mês?

Clientes _____ () Não sabe

4. Quais os meios de pagamento oferecidos aos clientes?

- () Cheque pré-datado.
 () Cartão Débito.
 () Cartão Crédito.
 () Carnê (crediário próprio)
 () Caderneta (fiado).
 () Promissória
 () Outros.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICORTE

- 1) Qual foi a necessidade da implantação da SINDECORT?
- 2) Qual o ano da fundação?
- 3) Quantos associados atualmente existem?
- 4) Tem sede própria?
- 5) Como é composta a diretoria e como são feitas as eleições?
- 6) Quais as ações da entidade?
- 7) Quais as dificuldades encontradas pelo sindicato?

**APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PROJETO
PRODUZIR PARA LIBERTAR**

- 1) De onde surgiu a ideia do projeto?
- 2) Qual a ideologia do projeto?
- 3) Quando foi criado a FUNDECO?
- 4) Como era a dinâmica do projeto?
- 5) Quais os órgãos que apoiaram o movimento?
- 6) Quantos núcleos produtivos existiam em 1992 e em 1993?
- 7) Quantos empregos diretos o projeto atingiu?
- 8) Como funcionava o Banco de Materiais?
- 9) Qual era a contrapartida das associadas?
- 10) Porque o projeto parou em 1993?
- 11) O que motivou a ativação do projeto em 2001?
- 12) Atualmente como está o projeto?
- 13) Quais são os parceiros do projeto?
- 14) Recebe algum incentivo do governo?

ANEXO 1 - PROTOCOLO APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ



Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal do Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Reconhecida pela Portaria CEE/OP nº 39/05
CNPJ 45.176.153/0001-22

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa
Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Cidade Taubaté - SP - CEP 12026-040
Telefones: 3625-4143 3635-1293
cep@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 423/12

Protocolo CEP/UNITAU nº 256/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *O diagnóstico dos arranjos produtivos locais das indústrias de confecções no município de Imperatriz-MA*

Pesquisador(a) Responsável: Erica Ribeiro de Sousa Simonetti

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **07/12/2012**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovação**.

Taubaté, 10 de dezembro de 2012

Prof. Dra. Maria Dolores Alves Cocco

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté